



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS – CCT
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ANA LÍVIA ROCHA LIMA

EM VOLTA DO PARQUE:

Espaços para pessoas no entorno do Parque Estadual do Rangedor em São Luís, Maranhão

São Luís, Maranhão

2025

ANA LÍVIA ROCHA LIMA

EM VOLTA DO PARQUE:

Espaços para pessoas no entorno do Parque Estadual do Rangedor em São Luís, Maranhão

Documento referente ao Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção da graduação

Com orientação da Professora MSc. Nadia Freitas Rodrigues e coorientação da Professora Dra. Débora Garreto Borges.

São Luís, Maranhão

2025

Lima, Ana Lívia Rocha.

Em volta do parque: espaços para pessoas no entorno do Parque Estadual do Rangedor em São Luís, Maranhão. / Ana Lívia Rocha Lima – São Luís, 2025.

83 f.: il.

Monografia (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2025.

Orientador: Profa. MSc. Nadia Freitas Rodrigues.
Coorientador: Profa. Dra. Debora Garreto Borges.

1. Parque urbano. 2. Espaços públicos. 3. Desenho urbano. 4. Mobilidade I. Título.

ANA LÍVIA ROCHA LIMA

EM VOLTA DO PARQUE:

Os espaços públicos para pedestres no entorno do Parque Estadual do Rangedor em São Luís,
Maranhão

Documento referente ao Trabalho de Conclusão de
Curso do Curso de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção da
graduação

Aprovado em: 21 / 07 / 2025

BANCA EXAMINADORA



Prof^a. MSc. Nadia Freitas Rodrigues (Orientadora)

Documento assinado digitalmente



DEBORA GARRETO BORGES

Data: 14/08/2025 18:19:56-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dra. Débora Garreto Borges (Coorientadora)

Documento assinado digitalmente



ANDREIA JANE LEANDRO CAMARA

Data: 14/08/2025 12:05:08-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. MSc. Andreia Jane Leandro Camara (Avaliadora)

Dedico este trabalho, com todo o meu amor e gratidão, ao meu pai, que partiu antes de ver este sonho se concretizar, mas que esteve presente em cada passo da minha caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter me sustentado com fé, força e coragem ao longo dessa caminhada. Sua presença foi meu alicerce nos momentos de dúvida e cansaço, e sua luz me guiou até aqui.

Aos meus pais, Antonivaldo e Lucyana meu eterno reconhecimento. Em especial ao meu pai, que já não está entre nós, mas cujo amor, esforço e dedicação continuam vivos em mim. E à minha mãe, por sua dedicação constante, por cada gesto de cuidado

À minha irmã querida, Ana Julia, minha grande companheira de vida. Obrigada por estar sempre ao meu lado, me apoiando, me escutando e me dando força. Sua presença fez toda a diferença nessa jornada. Divido essa conquista com você.

Aos meus familiares, agradeço pelo apoio, pelas palavras de encorajamento e pelo carinho que sempre me cercaram. Em especial os meus tios, Vilmar e Maria Carmem, por estarem sempre ao meu lado, vocês foram fundamentais para que eu segue em frente.

Aos amigos que fiz durante essa jornada, sou grata por cada troca, por cada momento compartilhado, pelas risadas, pelos desabafos e pela cumplicidade construída ao longo desses anos. Ter vocês comigo tornou tudo mais leve e inesquecível.

Aos professores que contribuíram com minha formação, meu sincero agradecimento pelo conhecimento transmitido, pela dedicação e pelo incentivo. Em especial, à minha orientadora, Nadia Rodrigues, pela escuta atenta, pela paciência e pela orientação cuidadosa em cada etapa deste trabalho. Sua presença foi essencial para que este projeto se tornasse realidade.

A todos, o meu mais profundo e sincero muito obrigada.

RESUMO

A infraestrutura para pedestres nos espaços públicos é fator determinante para o incentivo da mobilidade ativa e para a melhor interação das pessoas com as ruas, praças e parques das cidades. O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objeto de estudo o Parque Estadual do Rangedor e seu entorno imediato, na cidade de São Luís – MA e está voltado para as temáticas de espaços públicos, arquitetura da paisagem e às dinâmicas urbanas. Assim, possui como foco o estudo da relação do parque com a cidade por meio da análise dos espaços públicos para as pessoas. Nesse sentido, o estudo envolve estratégias de desenho urbano, mobilidade ativa e acessibilidade com vistas a promover maior conexão entre o parque e o tecido urbano com a possibilidade de transformação dos espaços públicos voltados para pessoas em volta do referido parque. Diante desse cenário, este trabalho apresenta dados sobre o Parque do Rangedor com base em análises funcionais e espaciais, observações de campo e revisão bibliográfica. Apresenta-se uma análise sucinta e propostas de intervenção em alguns trechos dos espaços públicos do parque e do seu entorno. Ainda como resultados, tem-se um posicionamento crítico ao ressignificar o papel do parque enquanto espaço público articulador, capaz de fortalecer laços comunitários, ampliar o acesso e promover experiências mais ricas entre pessoas, cidade e paisagem.

Palavras-chave: *parque urbano; espaços públicos; desenho urbano; mobilidade; paisagem.*

ABSTRACT

Pedestrian infrastructure in public spaces is a determining factor for encouraging active mobility and for enhancing people's interaction with the streets, squares, and parks of cities. This undergraduate thesis focuses on the Parque Estadual do Rangedor and its immediate surroundings, in the city of São Luís – MA, addressing themes related to public spaces, landscape architecture, and urban dynamics. Thus, it centers on studying the relationship between the park and the city through the analysis of public spaces for people. In this regard, the research involves urban design strategies, active mobility, and accessibility, aiming to promote a stronger connection between the park and the urban fabric, with the potential to transform public spaces around the park into people-oriented areas. In light of this context, the study presents data on the Parque do Rangedor based on functional and spatial analyses, field observations, and literature review. It provides a concise analysis and intervention proposals for certain sections of the park's public spaces and its surroundings. As additional outcomes, the work presents a critical perspective on redefining the park's role as a connective public space, capable of strengthening community bonds, expanding access, and fostering richer experiences between people, the city, and the landscape.

Keywords: urban park; public spaces; urban design; mobility; landscape.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapas de Localização do Parque Ibirapuera	25
Figura 02: Vista Aérea do Parque Ibirapuera	26
Figura 03: Parque Ibirapuera	26
Figura 04: Entorno do Parque Ibirapuera	27
Figura 05: Entorno do Parque Ibirapuera	27
Figura 06: Entorno do Parque Ibirapuera	28
Figura 07: Entorno do Parque Ibirapuera	29
Figura 08: Entorno do Parque Ibirapuera	29
Figura 09: Mapas de Localização do Parque Farroupilha.....	30
Figura 10: Vista Aérea do Parque	31
Figura 11: Monumento ao Expedicionário.....	32
Figura 12: Entorno do Parque Farroupilha.....	33
Figura 13: Entorno do Parque Farroupilha.....	33
Figura 14: Entorno do Parque Farroupilha.....	34
Figura 15: Entorno do Parque Farroupilha.....	35
Figura 16: Entorno do Parque Farroupilha.....	35
Figura 17: Mapas de Localização do Parque El Retiro	37
Figura 18: Vista Aérea do Parque	38
Figura 19: Entorno do Parque El Retiro	38
Figura 20: Entorno do Parque El Retiro	39
Figura 21: Entorno do Parque El Retiro	39
Figura 22: Entorno do Parque El Retiro	40
Figura 23: Entorno do Parque El Retiro	41
Figura 24: Entorno do Parque El Retiro	41
Figura 25: Mapas de Localização do Parque do Rangedor	42
Figura 26: Mapa de Localização do Parque do Rangedor no Zoneamento.....	43
Figura 27: Mapa da Hidrografia do Parque Estadual do Sítio do Rangedor	44

Figura 28: Mapa do Parque do Rangedor.....	47
Figura 29: Mapa do Parque do Rangedor.....	48
Figura 30: Mapa e indicação de sequência fotográfica do Parque do Rangedor	49
Figura 31: Fotos do Parque do Rangedor	50
Figura 32: Mapa das Vias no Entorno do Parque do Rangedor	53
Figura 33: Mapa das Faces do Parque do Rangedor	53
Figura 34: Mapa com sequência fotográfica do entorno do Parque do Rangedor	54
Figura 35: Vista de Satélite e street view dos pontos 1, 2 ,3 e 4	55
Figura 36: Vista de Satélite e street view dos pontos 7, 8 e 9	56
Figura 37: Vista de Satélite e street view dos pontos 6 e 7	57
Figura 38: Mapa da Proposta para o Entorno do Parque.....	72
Figura 39: Mapa da Proposta para o circuito interior do Parque.....	72
Figura 45: Proposta para o Trecho 3 – Av. Luís Eduardo Magalhães	75
Figura 42: Figura 47: Comparação Antes e Depois Trecho 5 – Rua dos Búzios.....	77
Figura 43: Proposta para o Trecho 4 – Rua dos Búzios	77

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. REFERENCIAL TEÓRICO	12
1.1. Os espaços públicos e os sistemas de áreas verdes.....	12
1.2. Parques Urbanos	18
1.3. Mobilidade ativa.....	21
2. REFERÊNCIAS PROJETUAIS	24
2.1. Parque Ibirapuera, São Paulo.....	25
2.2. Parque Farroupilha, Porto Alegre	30
2.3. Parque de El Retiro, Madrid	36
3. O PARQUE ESTADUAL DO RANGEDOR	42
3.1. Contexto histórico	42
3.2. Análise Funcional e Espacial do Parque do Rangedor	46
3.3. Relação Parque–Cidade: Entorno Imediato e Conexões Urbanas.....	52
4. PROPOSTA DE READEQUAÇÃO URBANÍSTICA PARA O ENTORNO DO PARQUE DO RANGEDOR	59
4.1. Diretrizes e Princípios Norteadores	59
4.2. Estratégias para garantir a Acessibilidade e Mobilidade Ativa	61
4.3. Integração do Parque à Malha Urbana e ao Entorno	63
4.4. Soluções para Ampliar o Uso e Vitalidade	67
4.5. Proposta de Requalificação para o Parque e seu Entorno	71
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80

INTRODUÇÃO

Para além da importância que um parque urbano exerce em uma cidade por questões sociais e ambientais, o presente Trabalho de Conclusão de Curso aborda o papel do parque e seu entorno enquanto espaço público articulador e capaz de fortalecer laços comunitários, ampliar o acesso e promover experiências mais ricas entre pessoas, cidade e paisagem.

“Uma cidade boa para viver é, antes de tudo, uma cidade feita para as pessoas.” Essa ideia sintetiza a essência do presente trabalho, que analisa a relação entre os espaços públicos e a vivência urbana no entorno do Parque Estadual do Rangedor, em São Luís – MA. A pesquisa parte da observação dos espaços públicos da cidade, especialmente aqueles voltados aos pedestres, que carecem de vitalidade, conforto e integração com o cotidiano da população, resultando em ambientes urbanos áridos e pouco atrativos para a convivência social e o uso contínuo.

A escolha do tema está fundamentada na relevância dos parques urbanos como agentes estruturadores da paisagem urbana, promotores de bem-estar e dinamizadores da vida coletiva. No entanto, o Parque do Rangedor ainda se encontra desconectado da malha urbana, limitado por barreiras físicas e pela ausência de infraestrutura adequada de acesso para modos ativos de deslocamento. Nesse contexto, este trabalho justifica-se pela necessidade de promover a requalificação do entorno imediato do parque, com foco na integração do ambiente urbano com o ambiental e na ampliação da acessibilidade, caminhabilidade e permanência.

Trata-se de um estudo sobre os espaços públicos para pedestres nas bordas do Parque Estadual do Rangedor, abordando aspectos de desenho urbano, mobilidade ativa, infraestrutura e apropriação social. A proposta tem como objetivo principal reavaliar e propor diretrizes e soluções preliminares de readequação urbanística para esse território, compreendendo o parque não apenas como um equipamento de lazer, mas como um componente articulador da cidade, capaz de fortalecer os vínculos sociais, ecológicos e culturais no espaço urbano.

O objetivo geral deste trabalho é elaborar uma proposta de intervenção urbana que promova uma melhor articulação entre os espaços públicos e o Parque Estadual do Rangedor. Assim, busca-se elaborar estudo para integrar o parque de forma mais eficaz ao tecido urbano,

considerando aspectos de mobilidade, acessibilidade e desenho urbano que favoreçam a conexão entre o parque e a comunidade local.

Já os objetivos específicos são: a) estudar sobre os sistemas de áreas verdes e espaços públicos para a promoção de mobilidade ativa e valorização da arquitetura da paisagem; b) aprofundar conhecimento sobre parques urbanos e intervenções em escala humana para qualificar espaços públicos; c) desenvolver proposta de intervenção por meio de estudo preliminar e elaboração de diretrizes como possibilidades de maior articulação com o entorno urbano.

A metodologia adotada é qualitativa e tem caráter exploratório e descritivo, envolvendo levantamento bibliográfico e documental, mapeamento urbano, análise funcional e espacial do parque e de seu entorno, visitas técnicas com registros fotográficos. A análise interpretativa da infraestrutura e da relação parque–cidade embasa a elaboração de diretrizes e princípios urbanísticos voltados à melhoria da acessibilidade, conectividade e vitalidade dos espaços públicos periféricos ao parque.

Com os dados obtidos, pode-se dizer que, apesar de bem frequentado internamente, o Parque do Rangedor encontra-se isolado de conexão para mobilidade ativa, envolvido por um cenário com vias de tráfego intenso, calçadas sem infraestrutura, ausência de ciclovias e escassez de mobiliário urbano no entorno. Essa condição restringe a mobilidade ativa e limita o acesso ao parque, comprometendo sua função social como espaço de convívio e integração urbana. Ao mesmo tempo, são identificados pontos fortes como a diversidade de usuários, a boa infraestrutura interna e o vínculo estabelecido pela população com determinados espaços.

Diante do exposto, o trabalho defende que a requalificação do entorno do Parque Estadual do Rangedor, por meio da criação de espaços públicos mais inclusivos e conectados e do fortalecimento dos modos ativos de deslocamento, é uma estratégia essencial para promover justiça espacial, sustentabilidade e pertencimento. Acredita-se que transformar o parque em um elemento central na dinâmica urbana do entorno amplia seu uso e relevância para os habitantes, ao mesmo tempo em que preserva suas características ambientais.

A conclusão evidencia que parques urbanos, quando integrados efetivamente ao tecido urbano, podem se tornar catalisadores de transformação urbana e social, contribuindo para cidades mais humanas, resilientes e democráticas.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1. Os espaços públicos e os sistemas de áreas verdes

No contexto urbano, os locais de uso coletivo são essenciais para a vitalidade das cidades, ajudando a criar ambientes mais convidativos. De acordo com Gehl (2013), a qualidade dos espaços públicos é um dos elementos centrais para que uma cidade seja considerada boa para se viver. Ao analisar a função desses ambientes sob a perspectiva social, percebe-se que eles são responsáveis por gerar interações e aproximar a comunidade, promovendo, assim, um senso de pertencimento.

A importância dos espaços públicos e das áreas verdes vai além da dimensão social, cumprindo também funções culturais, ecológicas e econômicas. Além de contribuírem para o conforto ambiental e a biodiversidade, esses espaços impactam a mobilidade urbana ao conectar diferentes pontos da cidade e facilitar os deslocamentos. Como destaca Jacobs (2000), a vitalidade urbana nasce justamente dessas conexões e da presença constante de pessoas nos espaços públicos, o que fortalece os vínculos sociais e garante maior segurança e dinamismo à vida urbana.

Para compreender plenamente a relevância dessa temática, é fundamental explorar os conceitos que definem os espaços públicos, os sistemas de áreas verdes e o sistema de espaços livres, suas características e dimensões, entendendo suas particularidades e importância ambiental. Além disso, é necessário estudar como se estabelece a conexão entre essas duas esferas, essenciais para a sustentabilidade e a convivência nos centros urbanos.

Este estudo inicia-se pela análise e conceituação dos espaços públicos e de seu papel na dinâmica urbana. Historicamente, esses espaços evoluíram significativamente, refletindo as transformações culturais, políticas e tecnológicas de cada época, tendo, ao longo dos séculos, funções religiosas, políticas e ornamentais. Atualmente, podem ser amplamente definidos como áreas abertas e acessíveis a todos os cidadãos, concebidas para fomentar encontros, promover interações sociais e proporcionar a vivência coletiva. O espaço público tem um importante significado social como fórum para troca de ideias e opiniões (Gehl, 2013).

Já Luis Balula (2011) define o espaço público como um espaço de igualdade, não excludente e de livre acesso a todos os indivíduos, que desempenha três funções centrais: social – lugar primariamente vocacionado para a vida em sociedade; funcional – onde ocorrem diversas atividades; e simbólica – que concentra significados partilhados por diferentes pessoas ou grupos sociais. Essas três dimensões representam o caráter multifacetado do conceito, abrangendo desde a oferta de infraestrutura para atividades cotidianas até o fortalecimento da identidade cultural coletiva.

Diante da função social desses espaços, observa-se que são neles que a comunidade se encontra e fortalece os laços comunitários, criando um ambiente que reflete os valores culturais e a identidade coletiva de uma sociedade. Além disso, os espaços públicos são fundamentais para a democratização do uso da cidade, funcionando como cenários de convivência e participação, onde pessoas de diferentes origens e contextos podem se reunir e compartilhar experiências. “Se há vida e atividade no espaço urbano, então também existem mais trocas sociais. Se o espaço da cidade for deslocado ou vazio, nada acontece” (Gehl, 2013).

Do ponto de vista da funcionalidade, os espaços públicos representam elementos estruturadores da malha urbana. São responsáveis por facilitar a mobilidade dos modos ativos, por meio da infraestrutura oferecida: paradas de ônibus, bicicletários, banheiros públicos, entre outros. Em cidades vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis, o pré-requisito para a existência da vida urbana é oferecer boas oportunidades de caminhar (Gehl, 2013). Também são locais estratégicos para gerar dinamismo econômico local: praças e ruas públicas funcionam, muitas vezes, como cenários para o comércio formal e informal. Os espaços públicos são, portanto, multifuncionais, adaptando-se a diferentes usos.

O papel simbólico dos espaços públicos está relacionado ao significado coletivo que esses lugares adquirem para a sociedade. Eles não são apenas locais de passagem ou lazer, mas também representações culturais, históricas, sociais e afetivas, sendo responsáveis por construir a identidade de um grupo social ou de uma cidade. Tornam-se símbolos de pertencimento, onde as pessoas se reconhecem como parte de uma coletividade. Como destacam Loboda e De Angelis (2005), os espaços públicos funcionam como suportes simbólicos da sociedade, articulando as experiências sociais e os sentidos de pertencimento que moldam o imaginário urbano.

De forma complementar, Balula (2006) enfatiza que esses espaços não se limitam às suas funções ambientais ou estruturais, mas constituem o cenário da vida pública, contribuindoativamente para a configuração da cidade como expressão da coletividade. Esses espaços podem assumir diferentes formas e funções, conforme suas características e localização. Entre os principais tipos, destacam-se as praças, tradicionalmente concebidas como áreas abertas destinadas ao encontro, ao lazer e à contemplação. Sua função social é significativa, na medida em que favorecem a permanência e o convívio. Os calçadões constituem outro tipo relevante de espaço público, sendo trechos de vias urbanas adaptadas para uso exclusivo ou prioritário de pedestres, especialmente em áreas centrais.

As ruas e avenidas, embora muitas vezes reduzidas a infraestruturas de mobilidade, também devem ser compreendidas como espaços públicos fundamentais. Segundo Jacobs (2000), “as ruas e seus passeios, os principais lugares públicos de uma cidade, são seus órgãos mais vitais. As calçadas das cidades servem a muitos propósitos; mas o seu principal é garantir a segurança pública”.

As áreas verdes e os parques urbanos desempenham funções ambientais, recreativas e de bem-estar. São espaços projetados para promover o contato com a natureza, oferecendo oportunidades para atividades físicas, descanso e socialização. O Quadro Geral da Forma Urbana e do Sistema de Espaços Livres das Cidades Brasileiras – Livro 2 (2018) destaca que esses espaços integram o sistema de espaços livres, cuja função vai além do lazer, envolvendo também aspectos ecológicos e estruturais da paisagem urbana.

Esses sistemas, compostos por parques, praças, corredores ecológicos e outras áreas vegetadas, vão além da estética, integrando funções ecológicas, sociais e culturais. São responsáveis por mitigar impactos ambientais, como a poluição e as ilhas de calor, ao mesmo tempo em que promovem o lazer, o bem-estar e a convivência comunitária.

De acordo com Loboda e De Angelis (2005), os sistemas de áreas verdes podem ser definidos como o conjunto integrado de espaços vegetados, planejados ou preservados, que desempenham papéis estratégicos na organização dos aglomerados urbanos. Esses sistemas além de serem elementos estéticos ou recreativos, são também componentes críticos para a regulação climática, a biodiversidade e a manutenção de processos ecológicos no ambiente urbano.

As áreas verdes, por sua vez, podem ser classificadas em diversos tipos de parques e reservas, cada um com funções específicas e importância distinta para a cidade, proporcionando benefícios que ultrapassam o bem-estar imediato. Segundo Macedo et al. (2018), esses espaços cumprem papéis fundamentais nas esferas sociais, ambientais e culturais, atuando como infraestrutura ecológica que contribui para a regulação térmica, a manutenção da biodiversidade e a melhoria da qualidade do ar. Funcionam como verdadeiros amortecedores urbanos, mitigando os impactos das mudanças climáticas, das ilhas de calor e contribuindo para o equilíbrio ambiental urbano.

No cenário urbano, o sistema de áreas livres envolve os espaços públicos e as áreas verdes. Conceitos constantemente atrelados, apesar de apresentarem definições diferentes. Ao coexistirem na cidade, muitas vezes o espaço público também representa uma área verde. Vemos isso nas diversas tipologias em que podemos classificar esses ambientes. Richter (1981 apud GERALDO, 1997, p. 40) classifica os espaços livres e o verde urbano em nove categorias, sendo elas:

- Jardins de representação e decoração: espaços com função puramente ornamental, não apresentam função recreativa, nem contribuição para a interação com o meio. Exemplos desse tipo de espaço são áreas ajardinadas no entorno de prédios públicos e igrejas;
- Parques de vizinhança: praças de pequena escala, que apresentam função recreativa, podendo apresentar alguns equipamentos para tal fim, como por exemplo playgrounds;
- Parques de bairro: apresentam uma escala intermediária, sendo maior que parques de vizinhança, mas ainda assim não tendo uma grande escala. Tem função recreativa, tendo equipamentos tanto para lazer, como também, para prática esportiva;
- Parques setoriais ou distritais: Grandes áreas, com funções recreativas, que apresentam diversidade de equipamentos para atividades de lazer, prática esportiva e interação social;
- Áreas para proteção da natureza: espaços que tem como principal função a preservação ambiental, podem conter equipamentos de recreação, sem que tal uso acarrete danos para o ecossistema;
- Áreas de função ornamental: áreas com função exclusivamente estética, exemplos são as os canteiros centrais de avenidas ou ruas e espaços ajardinados em rotatórias;
- Áreas de uso especial: Jardins zoológicos e botânicos;
- Áreas para esportes;
- Ruas de pedestres: Calçadões.

Essas classificações ilustram a diversidade de espaços contidos no conceito de espaços públicos e sistemas de áreas verdes, evidenciando como cada um deles desempenha funções específicas e complementares na dinâmica urbana. Juntos, esses espaços formam uma rede interligada que contribui para a sustentabilidade, conectividade e qualidade de vida nas cidades,

demonstrando a importância de um planejamento urbano inclusivo e equitativo. Para potencializar os benefícios desses locais, é necessário compreendê-los como parte de um sistema integrado, o Sistema de Espaços Livres (SEL).

Llardon (1982) conceitua os sistemas de espaços livres com um conjunto de espaços urbanos ao ar livre destinados ao pedestre para o descanso, o passeio, a prática esportiva e, em geral, o recreio e entretenimento em sua hora de ócio. No contexto das cidades em constante crescimento e sob pressão urbana, os sistemas de espaços livres tornam-se indispensáveis para a sustentabilidade e para a criação de ambientes urbanos que priorizem tanto as necessidades humanas quanto a conservação ambiental.

Um sistema de espaços livres bem planejado deve atender aos princípios de acessibilidade, garantindo que todas as populações, independentemente de sua localização ou condição social, tenham acesso aos espaços verdes. Também deve assegurar a multifuncionalidade, através da oferta de diferentes usos, como recreação, preservação ambiental e práticas esportivas, atendendo às demandas da comunidade. “A gama de atividades e atores demonstra as oportunidades do espaço público de reforçar a sustentabilidade social” (Gehl, 2013).

Ao longo do tempo, o planejamento urbano tem buscado integrar funções sociais, ecológicas e culturais nesses espaços. A necessidade de equilibrar o crescimento das cidades com a preservação ambiental e a inclusão social impõe uma urgência em projetar locais que acolham uma diversidade de usos e usuários, sem que barreiras econômicas ou arquitetônicas limitem sua utilização. Como defende Gehl (2013), a qualidade do espaço público influencia quem o utiliza e de que forma, podendo promover encontros e fortalecer o sentido de comunidade. Essa perspectiva destaca como a adaptação local e o envolvimento comunitário podem potencializar essa capacidade de atender às diferentes demandas da população.

Em cidades de contextos socioeconômicos variados, os papéis desempenhados por esses espaços podem se manifestar de formas distintas. Segundo Macedo *et al.* (2018), o sistema de espaços livres deve ser estruturado para atender a múltiplas funções, como as ambientais, sociais e culturais, contribuindo para a qualidade de vida nas cidades brasileiras. Em cidades de contextos socioeconômicos variados, os papéis desempenhados por esses espaços podem se manifestar de formas distintas.

Dessa forma, a discussão transcende definições e funções tradicionais, abordando também os desafios de projetar cidades que sejam acessíveis, inclusivas e ambientalmente equilibradas. Segundo Macedo *et al.* (2018), a qualificação dos espaços livres deve ser pensada como parte de um sistema interligado que responde aos processos contemporâneos de urbanização e às demandas sociais, ambientais e culturais da cidade. É nesse contexto que surgem exemplos de boas práticas urbanas, como a revitalização de praças e a requalificação de áreas públicas, que, ao mesmo tempo em que enfrentam as limitações do espaço urbano contemporâneo, reafirmam a centralidade desses ambientes na qualidade de vida nas cidades.

A cidade de Melbourne é um desses exemplos, como citado por Gehl no livro *Cidade para Pessoas* (2013). A cidade implementou uma política de planejamento urbano que visava aumentar a população residente no centro. O programa ofereceu incentivos para a conversão de edifícios comerciais subutilizados em residenciais e promoveu melhorias nos espaços públicos, como o plantio de árvores e a criação de áreas verdes. Como resultado, a população do centro de Melbourne cresceu significativamente.

Além disso, Melbourne tem investido continuamente na promoção da mobilidade ativa. A cidade possui uma extensa rede de ciclovias e caminhos compartilhados, com planos de expansão para atender à crescente demanda por transporte sustentável. Melbourne exemplifica como políticas urbanas integradas podem revitalizar áreas centrais, promover a mobilidade sustentável e melhorar a qualidade de vida dos habitantes. “As análises da vida normal na cidade documentaram que melhorar as condições para os pedestres e para a cidade leva essencialmente a novos padrões de uso e mais vitalidade no espaço urbano. Uma ligação precisa entre a qualidade do espaço público e o propósito da vida na cidade” (Gehl, 2013).

Curitiba, capital do Paraná, é amplamente reconhecida como um dos principais exemplos de planejamento urbano eficiente no Brasil. Desde a década de 1960, a cidade implementa políticas voltadas à integração entre mobilidade, uso do solo e sustentabilidade ambiental. Um dos marcos foi a criação do sistema de BRT (*Bus Rapid Transit*), com corredores exclusivos de ônibus articulados que interligam diferentes zonas da cidade, promovendo um transporte coletivo ágil e acessível.

Paralelamente, o município investiu na criação de parques lineares ao longo de rios e áreas de risco, que funcionam como elementos de drenagem urbana e espaços públicos de lazer. O

Plano Diretor da cidade orientou o crescimento em torno dos eixos de transporte, promovendo a densificação controlada e evitando a expansão desordenada. Essas estratégias transformaram Curitiba em um modelo de urbanismo sustentável, citado internacionalmente como referência em políticas públicas urbanas integradas.

Apesar dos desafios enfrentados, os exemplos de boas práticas demonstram que é possível criar espaços mais inclusivos e funcionais. A integração entre espaços públicos e áreas verdes representa um caminho promissor para cidades mais conectadas, acessíveis e resilientes, capazes de atender às demandas de populações diversas enquanto promovem a preservação ambiental.

A análise dos espaços públicos, dos sistemas de áreas verdes e do SEL revela sua importância não apenas como elementos estruturais da cidade, mas como pilares fundamentais para a promoção de uma vida urbana equilibrada e sustentável. Esses ambientes não são apenas locais de interação e convivência, mas também espaços que refletem as dinâmicas sociais, culturais e ecológicas das cidades contemporâneas. Portanto, o planejamento urbano deve priorizar a conexão entre esses espaços, garantindo que atendam às necessidades coletivas e contribuam para a construção de cidades mais justas e sustentáveis. A partir dessa perspectiva, esses espaços consolidam-se como elementos indispensáveis para o futuro das cidades e para a qualidade de vida de seus habitantes.

1.2. Parques Urbanos

Os parques urbanos desempenham um papel fundamental na estrutura das cidades contemporâneas, representando espaços multifuncionais que conciliam lazer, preservação ambiental e convivência social. Em um cenário marcado pela crescente urbanização e pela redução de espaços verdes, esses locais tornam-se ainda mais relevantes para o bem-estar físico, mental e social das populações urbanas. Como destaca Gehl (2013), “primeiro moldamos as cidades, depois elas nos moldam”, ressaltando o impacto direto que a configuração urbana exerce sobre a qualidade de vida.

Historicamente, os parques urbanos surgiram no século XVIII como resposta aos impactos negativos da Revolução Industrial. Esses espaços buscavam aliviar as condições de

insalubridade, poluição e densidade populacional excessiva das cidades (SILVA, 2017). Com o passar do tempo, sua função tornou-se mais abrangente. Atualmente, os parques não apenas oferecem áreas de recreação e descanso, mas também atuam como reguladores microclimáticos, contribuem para a drenagem urbana e promovem uma relação mais harmônica entre sociedade e meio ambiente (SAKATA, 2015).

Os parques urbanos modernos evoluíram para atender às demandas da vida contemporânea, incorporando espaços para a prática de esportes, eventos culturais e ações de educação ambiental. Tipologias como os parques temáticos, ecológicos e lineares ampliam as experiências oferecidas, contribuindo também para a conservação da biodiversidade (MACEDO e SAKATA, 2003). Além disso, esses espaços podem desempenhar um papel estratégico na revitalização urbana, influenciando positivamente a valorização imobiliária e a dinamização econômica local.

Como dito anteriormente, o impacto dos parques urbanos na qualidade de vida extrapola suas funções estética e recreativa. Diversos estudos apontam que a presença de espaços verdes está diretamente relacionada à melhoria da saúde física, mental e social da população.

Do ponto de vista físico, os parques incentivam a prática de atividades como caminhadas, corridas e esportes coletivos. Segundo Xavier *et al.* (2018), esses locais contribuem para a redução do sedentarismo ao oferecerem infraestrutura segura e acessível para a prática de exercícios ao ar livre. Isso favorece a saúde cardiovascular, o controle de peso e a prevenção de doenças crônicas. A presença de equipamentos como academias ao ar livre e ciclovias amplia ainda mais as possibilidades de uso.

No campo da saúde mental, os espaços verdes desempenham um papel fundamental na redução do estresse, da ansiedade e de sintomas de depressão. A presença cotidiana de áreas naturais e espaços públicos de qualidade pode melhorar o humor, favorecer o descanso mental e proporcionar momentos de contemplação e relaxamento. Como destaca Gehl (2013), ao priorizar o espaço público e o convívio humano, é possível construir cidades que acolhem, acalmam e promovem bem-estar, mesmo em contextos de alta densidade populacional. Os parques, nesse sentido, funcionam como refúgios que mitigam os efeitos do ambiente urbano acelerado e contribuem para uma vida urbana mais equilibrada.

A compreensão dos benefícios proporcionados pelos espaços naturais é aprofundada pelo conceito de biofilia, formulado por Edward O. Wilson (1984), que define a tendência inata dos seres humanos em buscar conexões com a natureza e com outras formas de vida. Essa afinidade, enraizada na nossa história evolutiva, manifesta-se em respostas emocionais, cognitivas e físicas positivas ao contato com elementos naturais. Em meio ao ambiente urbano, a biofilia se revela essencial para a qualidade de vida, especialmente quando aplicada por meio de estratégias de planejamento que valorizam a presença da natureza nos espaços públicos.

Segundo Trevisam e Oliveira (2024), incorporar princípios biofílicos na cidade, por meio de vegetação nativa, luz natural, água e texturas orgânicas, é uma abordagem sustentável que favorece a saúde integral da população e contribui para a resiliência urbana. Os parques urbanos, ao reunirem essas características em um ambiente acessível e cotidiano, se tornam estruturas privilegiadas de reconexão com o mundo natural, promovendo bem-estar emocional, estímulo sensorial e equilíbrio psíquico. Como destacam Moraes et al. (2020), essa integração entre natureza e vida urbana contribui diretamente para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sobretudo no que diz respeito à criação de espaços públicos verdes, inclusivos e restauradores.

Socialmente, os parques também se configuram como espaços de encontro e interação. Eles abrigam eventos culturais, atividades comunitárias e encontros informais, fortalecendo os laços sociais e promovendo a coesão entre diferentes grupos sociais. Como observam Londe & Mendes (2014), essas áreas funcionam como pontos de convergência entre diferentes classes sociais, tornando-se espaços mais democráticos e inclusivos.

Nesse sentido, Jan Gehl (2013, p. 42) afirma que “o espaço público deve ser feito à escala humana — uma escala que permita que vejamos os rostos das pessoas, ouçamos suas vozes e nos sintamos parte da cidade”. Essa perspectiva reforça a importância dos parques enquanto espaços de convivência e pertencimento, nos quais a presença e a interação entre as pessoas são não apenas possíveis, mas estimuladas pela própria configuração do ambiente urbano.

Por fim, é evidente que o futuro das cidades depende de soluções urbanas que priorizem o equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação ambiental. O planejamento e a gestão eficazes dos parques urbanos, aliados ao engajamento da sociedade e ao apoio das políticas públicas, são essenciais para a construção de cidades mais inclusivas, resilientes e conectadas à natureza. Os

parques urbanos, portanto, têm o potencial de catalisar mudanças positivas e contribuir significativamente para a construção de ambientes urbanos mais humanos e sustentáveis.

1.3. Mobilidade ativa

A mobilidade urbana é um dos pilares centrais da vida contemporânea nas cidades, influenciando diretamente o acesso aos espaços públicos, aos serviços essenciais e às oportunidades de lazer. Ela é decisiva para garantir qualidade de vida, afetando tanto a saúde física quanto o bem-estar mental da população. Conforme destaca a Política Nacional de Mobilidade Urbana (BRASIL, 2012), um sistema de mobilidade bem planejado, com soluções integradas e sustentáveis, assegura o acesso democrático à cidade, promovendo desenvolvimento econômico e inclusão social.

Nesse contexto, ganha relevância a mobilidade ativa, aquela realizada a pé, por bicicleta ou outros meios que dependem da propulsão humana. Segundo Jan Gehl (2013), os deslocamentos ativos devem ocupar posição central no planejamento urbano, por promoverem simultaneamente benefícios à saúde pública, à sustentabilidade ambiental e à qualidade de vida. Trata-se de uma forma de locomoção que estimula a criação de espaços urbanos mais acessíveis, humanizados e dinâmicos.

Além de contribuírem para a redução dos impactos ambientais e dos congestionamentos, os modos ativos permitem que os cidadãos vivenciem a cidade de forma mais profunda, criando vínculos afetivos com o ambiente em que estão inseridos. Essa identificação é fundamental para a vitalidade dos espaços públicos, pois é por meio dela que as pessoas se sentem convidadas e motivadas a ocupá-los. Como afirma Gehl (2013), ao caminhar pelas ruas, todos os sentidos são estimulados, o que enriquece a experiência urbana e fortalece o sentimento de pertencimento.

A integração entre transporte coletivo e deslocamentos ativos, como caminhadas e o uso da bicicleta, é essencial para consolidar um sistema de mobilidade eficiente, acessível e sustentável. Essa combinação possibilita vencer maiores distâncias de maneira saudável, tanto para o meio ambiente quanto para o usuário, ampliando o acesso aos serviços e equipamentos urbanos.

No entanto, para que essa mobilidade seja, de fato, inclusiva, é indispensável que a cidade esteja equipada com infraestrutura capaz de atender às diversas necessidades dos usuários.

A qualidade dos espaços urbanos voltados à mobilidade ativa é determinante para tornar o caminhar uma prática segura, confortável e atrativa. O Caderno Técnico para Projetos de Mobilidade Urbana Transporte Ativo reúne critérios técnicos e normativos que orientam a construção de infraestruturas adequadas para o uso seguro e democrático dos modos ativos de deslocamento. A publicação aborda temas como calçadas, ciclovias, acessibilidade universal, segurança viária e integração com o entorno urbano, delineando os pilares para uma rede de circulação eficiente e inclusiva.

Dentre os elementos fundamentais para garantir a caminhabilidade, destacam-se calçadas contínuas, faixas de travessia bem posicionadas, sinalização clara, mobiliário urbano adequado, arborização e iluminação eficiente. Esses componentes não apenas promovem segurança, mas também incentivam o uso cotidiano dos espaços públicos, ampliando sua função social. Além disso, a acessibilidade universal deve ser assegurada por meio da aplicação de normas técnicas, como a NBR 9050 (ABNT, 2015), que estabelece parâmetros para que todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, possam usufruir dos espaços com autonomia, conforto e segurança.

No entorno de parques urbanos, a qualidade da infraestrutura ativa assume um papel ainda mais estratégico, pois influencia diretamente o acesso da população ao lazer, à natureza e às atividades culturais. Esses espaços tornam-se elos entre áreas verdes e a malha urbana consolidada. Quando inexistente ou precária, a infraestrutura desencoraja o deslocamento a pé e enfraquece o papel dos parques como espaços de inclusão. Como destaca Gehl (2013), o espaço público deve ser pensado para as pessoas, promovendo deslocamentos agradáveis e permanências confortáveis.

Parques bem conectados e acessíveis cumprem uma função central na promoção da mobilidade ativa. Sua estrutura interna já favorece práticas de lazer e exercício físico, funcionando também como destino para caminhadas, pedaladas e atividades ao ar livre. Como afirma Jacobs (2000), “vivacidade e variedade atraem mais vivacidade; apatia e monotonia repelem a vida”. Assim, a diversidade de usos e experiências nos parques amplia seu potencial de ativação urbana.

Além disso, esses espaços funcionam como pontos de articulação da malha verde urbana. Quando integrados aos sistemas de transporte e às redes de pedestres e ciclistas, contribuem para a formação de trajetos mais sustentáveis, saudáveis e conectados. Gehl (2013) reforça que os espaços públicos devem formar uma rede coesa, que estimule o deslocamento a pé e os encontros sociais, reforçando o papel dos parques como catalisadores de convivência e integração urbana.

Apesar de seu potencial transformador, muitos parques urbanos ainda enfrentam dificuldades de conexão com o tecido urbano. Barreiras físicas como avenidas de tráfego intenso, ausência de faixas de travessia seguras, calçadas descontinuadas e a percepção de insegurança, especialmente fora do horário comercial, dificultam o acesso dos pedestres. Segundo a Política Nacional de Mobilidade Urbana (BRASIL, 2012), é necessário assegurar deslocamentos seguros e contínuos, com prioridade para áreas de maior fluxo e maior vulnerabilidade social.

Frequentemente, os parques acabam isolados de seu entorno imediato, sendo acessados apenas por grupos específicos, o que limita seu papel na promoção da justiça socioespacial. Jane Jacobs (2000) nomeia esse fenômeno como *border vacuums*, referindo-se a grandes áreas mal conectadas que criam rupturas na vida urbana e desestimulam a ocupação do espaço. Soma-se a isso a desigualdade territorial, que afeta principalmente bairros periféricos, historicamente com menor acesso a espaços verdes e rotas seguras de mobilidade ativa.

Diante desse cenário, surgem diversas oportunidades para redefinir a relação entre parques e cidade a partir de um olhar integrador sobre mobilidade. Estratégias como a criação de redes contínuas de espaços livres, o investimento em calçadas acessíveis, ciclovias protegidas e intervenções de urbanismo tático podem transformar os arredores dos parques em corredores de deslocamento ativo. Segundo o ITDP (2018), investir em infraestrutura para a mobilidade ativa é uma estratégia de baixo custo e alto impacto, gerando ganhos ambientais, econômicos e sociais, sobretudo em países em desenvolvimento.

O conceito de infraestrutura verde reforça essa perspectiva ao articular soluções naturais e construídas que favorecem o deslocamento sustentável. A própria Política Nacional de Mobilidade Urbana (2012) defende a adoção de um planejamento urbano integrado e participativo, no qual a implantação de infraestrutura ativa esteja alinhada a outras políticas públicas e responda às demandas reais da população. Nesse sentido, a inclusão de diretrizes em planos diretores que priorizem o pedestre torna-se essencial para garantir cidades mais justas, acessíveis e equilibradas.

Nesse panorama, o Parque Estadual do Rangedor representa uma oportunidade estratégica para consolidar uma rede de espaços públicos interconectados em São Luís, promovendo uma articulação mais harmoniosa entre natureza e cidade. A mobilidade ativa no entorno de áreas verdes revela-se, portanto, como um poderoso instrumento de transformação urbana, capaz de estimular a inclusão social, melhorar a saúde coletiva e fomentar práticas sustentáveis. Como afirma Gehl (2013), “a vida pública deve ser o motor do desenho urbano”, e o incentivo ao caminhar está no centro das cidades mais habitáveis.

A qualificação da infraestrutura voltada aos pedestres é determinante para a garantia do direito à cidade e da apropriação plena dos espaços livres. Ao integrar os parques às rotas do cotidiano, é possível construir uma cidade mais democrática, conectada e acolhedora. Nesse sentido, fortalecer a conexão entre parques e cidade deve ser entendido como uma prioridade no planejamento urbano, sobretudo em contextos onde o acesso universal e a estrutura pública ainda são frágeis.

2. REFERÊNCIAS PROJETUAIS

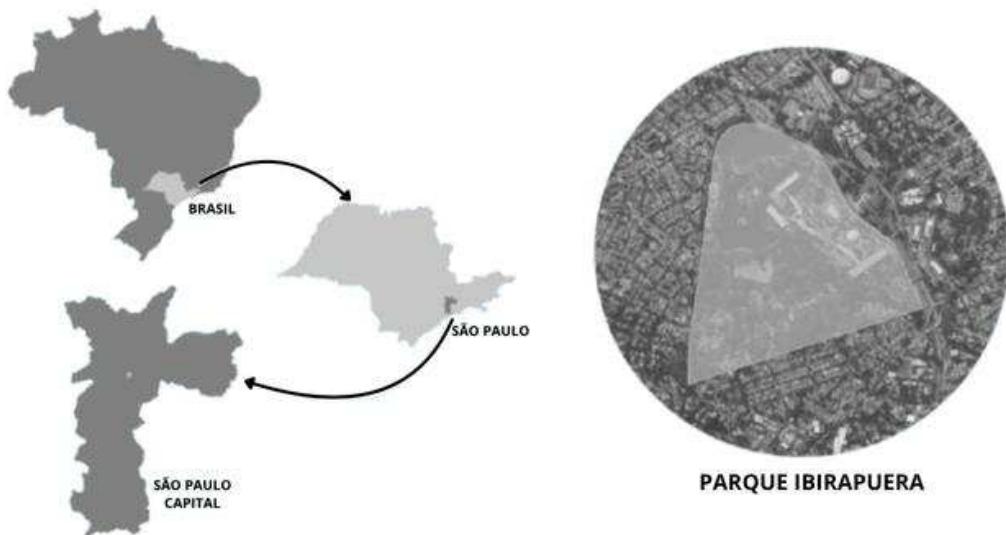
Ao redor do mundo, diversos parques urbanos são reconhecidos por seus impactos positivos na vida urbana. A seguir, apresentam-se alguns exemplos de parques no Brasil e no mundo: Parque Ibirapuera em São Paulo e Parque Farroupilha em Porto Alegre. Eles evidenciam a integração de elementos ambientais, culturais e sociais no planejamento e na gestão desses espaços, reforçando seu papel no bem-estar coletivo e na requalificação das cidades.

Esses exemplos destacam a importância de um planejamento urbano que valorize os parques como agentes de transformação social e ambiental, reafirmando seu papel essencial na construção de cidades mais sustentáveis e inclusivas. Ao mesmo tempo, evidenciam a necessidade de investimentos contínuos em manutenção, gestão participativa e ampliação da infraestrutura para garantir a permanência e a relevância desses espaços no futuro.

2.1. Parque Ibirapuera, São Paulo

O Ibirapuera, em São Paulo, um dos maiores e mais icônicos parques urbanos do Brasil, foi idealizado como um espaço que combinasse natureza, cultura e lazer em um só lugar. Seu projeto paisagístico foi elaborado por Roberto Burle Marx, com a colaboração de Otávio Augusto Teixeira Mendes. Já os edifícios modernistas do parque, que são parte de sua identidade, foram projetados pelo arquiteto Oscar Niemeyer, com cálculos estruturais de Joaquim Cardozo.

Figura 01: Mapas de Localização do Parque Ibirapuera



Fonte: Elaborado pela autora, no *software QGIS*, 2025.

Oferecendo uma ampla gama de atividades culturais, esportivas e de lazer. Seu projeto multifuncional é um exemplo de como um parque pode atender às necessidades de uma metrópole moderna, combinando espaços verdes com infraestrutura urbana. Recentemente, o parque passou a incorporar eventos voltados para a sustentabilidade e o uso consciente dos recursos naturais, reforçando seu papel educacional.

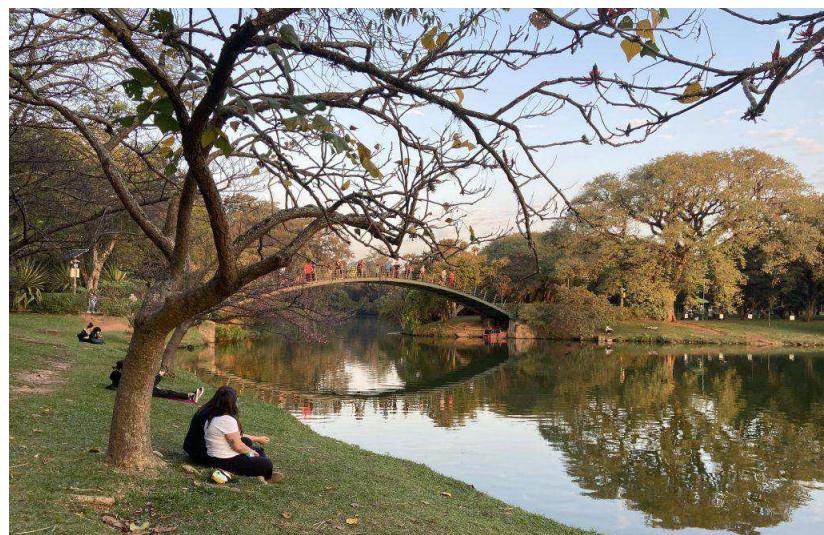
Figura 02: Vista Aérea do Parque Ibirapuera



Fonte: <https://encurtador.com.br/Y390i>. Acesso em: 18 jun. 2025

O Parque Ibirapuera, assim como os outros parques urbanos com grande significado para a população, é um espaço de lazer e relevante ponto de convergência social e cultural localizado em uma área estratégica de São Paulo. Ele recebe milhões de visitantes todos os anos e oferece um ambiente onde pessoas de diferentes classes sociais e idades podem interagir e desfrutar de atividades culturais e recreativas. Eventos como a Bienal de Arte de São Paulo, shows ao ar livre e festivais tornam o parque um marco cultural. Além disso, ele é um lugar de resistência e expressão política, frequentemente escolhido como cenário de manifestações e protestos.

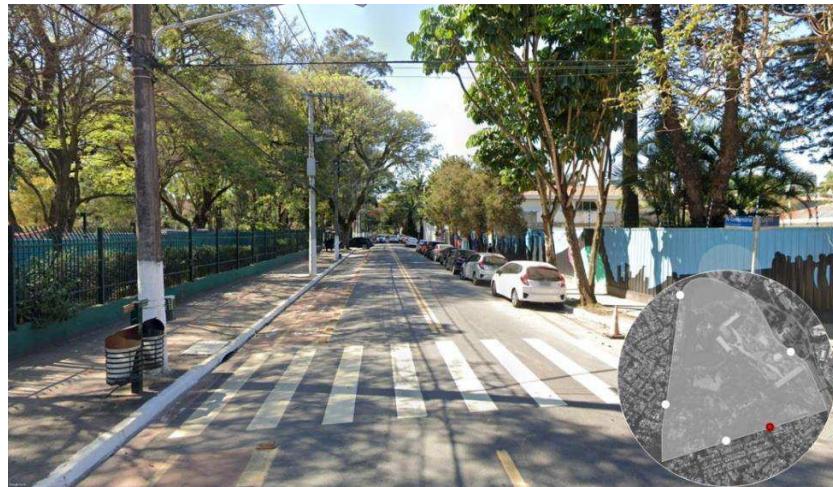
Figura 03: Parque Ibirapuera



Fonte: <https://acesse.dev/egdhd>. Acesso em: 13 jan. 2025

O Parque Ibirapuera está localizado na subprefeitura de Vila Mariana, no bairro de mesmo nome, na cidade de São Paulo. Seu perímetro é delimitado por três importantes avenidas: Quarto Centenário, República do Líbano e Pedro Álvares Cabral. No entorno do parque, observam-se calçadas de largura adequada e boa pavimentação, que seguem as normas de acessibilidade.

Figura 04: Entorno do Parque Ibirapuera



Fonte: GOOGLE EARTH PRO, 2025; elaborado pela autora, no *software* QGIS, 2025

Essas vias apresentam arborização em diversos trechos, contribuindo para um ambiente mais agradável para caminhadas e uso de bicicletas, ao oferecer sombra e melhorar a sensação térmica. Entretanto, um ponto negativo identificado foi a ausência de iluminação dedicada, o que pode gerar insegurança para os pedestres durante o período noturno.

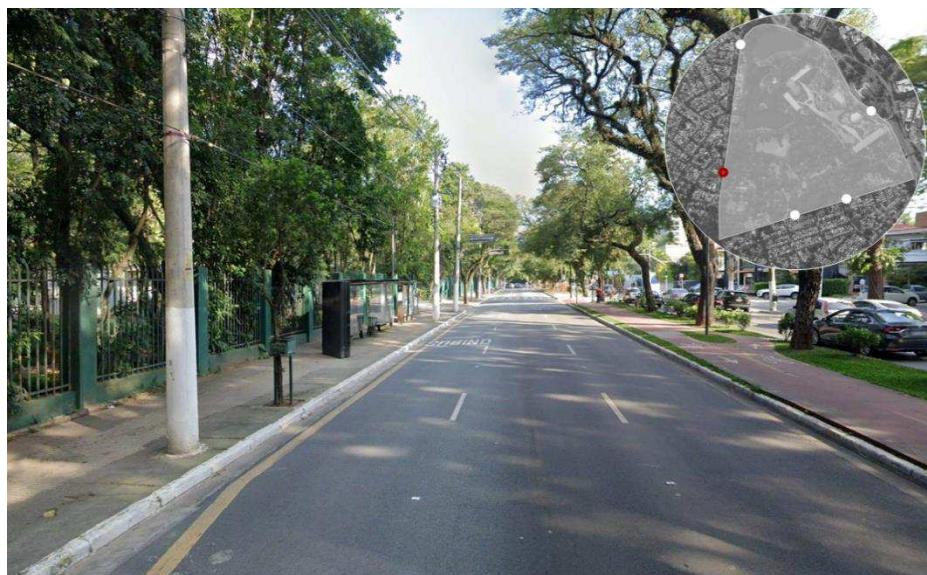
Figura 05: Entorno do Parque Ibirapuera



Fonte: GOOGLE EARTH PRO, 2025; elaborado pela autora, no *software* QGIS, 2025

A região conta com mobiliário urbano como paradas de ônibus, abrigos e lixeiras; no entanto, não foram encontrados bancos ao longo do percurso. Em alguns locais, há estações de aluguel de bicicletas, o que é um aspecto bastante positivo por incentivar tanto o lazer quanto a prática esportiva, além de possibilitar a intermodalidade nos deslocamentos. Vale destacar que o espaço conta com calçadas compartilhadas, ciclovias e ciclofaixas em diferentes trechos. A sinalização é satisfatória, com faixas de travessia bem posicionadas e placas indicativas ao longo das vias.

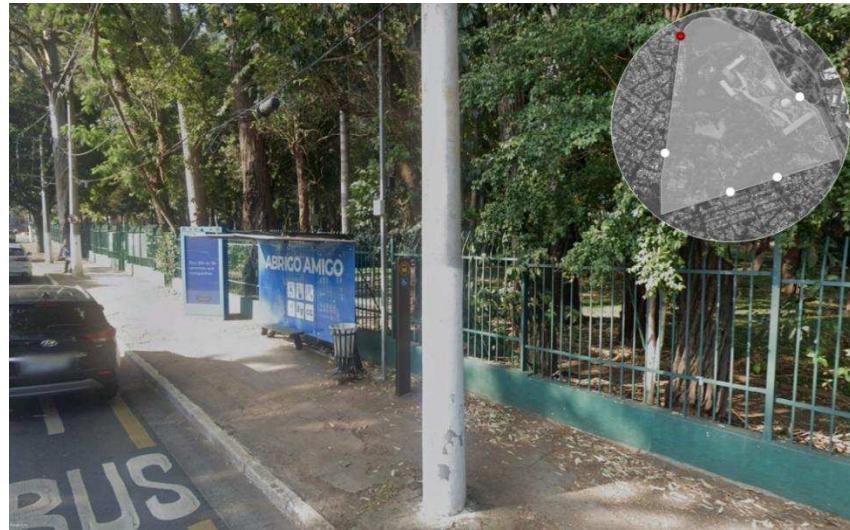
Figura 06: Entorno do Parque Ibirapuera



Fonte: GOOGLE EARTH PRO, 2025; elaborado pela autora, no *software* QGIS, 2025

Por estar rodeado por vias expressivas, o acesso ao parque por meios motorizados, públicos ou privados, é facilitado. Recentemente, uma estação de metrô foi inaugurada nas proximidades, ampliando a acessibilidade ao parque a partir de outras regiões da cidade. A estação está localizada a aproximadamente 1,1 km do portão 5, o que corresponde a cerca de 14 minutos de caminhada.

Figura 07: Entorno do Parque Ibirapuera



Fonte: GOOGLE EARTH PRO, 2025; elaborado pela autora, no *software* QGIS, 2025

A circulação de pedestres e ciclistas nos arredores é viável, e foi possível observar boas práticas na infraestrutura de apoio a essas formas de mobilidade. Ainda assim, há aspectos que poderiam ser aprimorados para tornar esse deslocamento mais seguro e confortável.

Figura 08: Entorno do Parque Ibirapuera



Fonte: GOOGLE EARTH PRO, 2025; elaborado pela autora, no *software* QGIS, 2025

Antes de tudo, o Parque Ibirapuera desempenha um papel fundamental na qualidade de vida urbana, funcionando como um verdadeiro pulmão verde em uma das cidades mais densamente

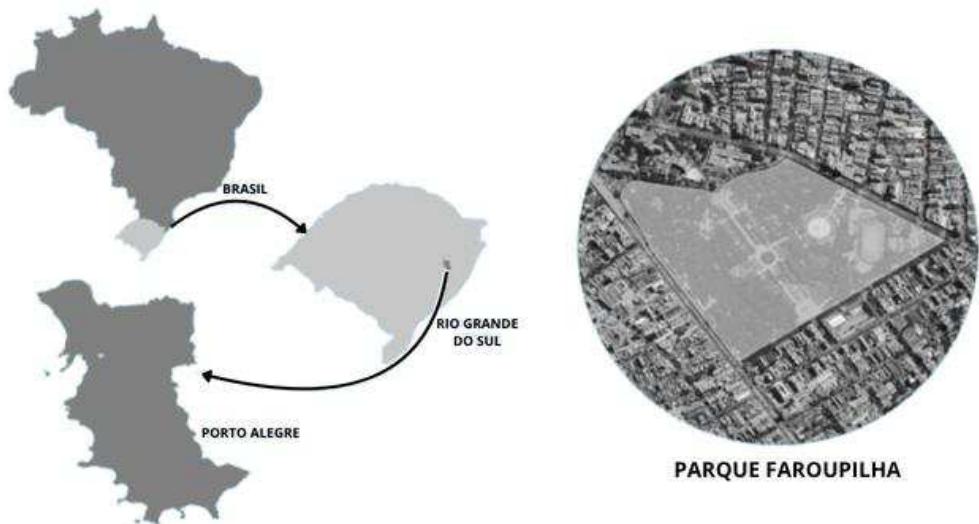
urbanizadas do mundo. Sua infraestrutura multifuncional, que combina áreas verdes, espaços culturais e equipamentos esportivos, faz dele um exemplo emblemático de como os parques urbanos podem contribuir para a vitalidade das cidades contemporâneas.

Mais do que um espaço de lazer, o Ibirapuera é um ponto de encontro intergeracional e interclassista, promovendo o convívio social, a diversidade e a cidadania. Sua localização estratégica, a variedade de acessos e a constante adaptação às demandas sociais e ambientais consolidam seu papel como equipamento público de referência. Assim, o parque não apenas abriga a vida cotidiana de seus frequentadores, mas também reflete os anseios de uma metrópole em busca de sustentabilidade, inclusão e qualidade de vida.

2.2. Parque Farroupilha, Porto Alegre

O Parque Farroupilha, popularmente conhecido como Redenção, é um dos espaços públicos mais emblemáticos da cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Criado oficialmente em 1935, o parque ocupa uma área de aproximadamente 37 hectares no centro da cidade, sendo resultado de um processo histórico de urbanização que remonta ao século XIX. Sua denominação atual é uma homenagem ao centenário da Revolução Farroupilha, marco importante da identidade regional gaúcha.

Figura 09: Mapas de Localização do Parque Farroupilha



Fonte: Fonte: Elaborado pela autora, no *software QGIS*, 2025

Com uma estrutura ampla e diversificada, o parque abriga alamedas arborizadas, lagos artificiais, quadras esportivas, áreas de lazer infantil, pistas para caminhada e ciclovias, além de espaços para apresentações culturais e feiras populares. Entre seus elementos de destaque estão o orquidário, o mini-zoológico, o espelho d'água com pedalinho, o Mercado do Bom Fim, onde há lojas de conveniências e lanchonetes, a Feira Ecológica, aos sábados pela manhã, e o Monumento ao Expedicionário, que homenageia os soldados da Força Expedicionária Brasileira.

Figura 10: Vista Aérea do Parque



Fonte: xurl.ooo/srmpp. Acesso em: 16 jun. 2025

O Parque Farroupilha é um importante ponto de encontro para os habitantes de Porto Alegre, exercendo papel fundamental na promoção do lazer, da cultura e da convivência social. Sua localização estratégica e sua diversidade de usos tornam-no um espaço democrático e acessível, acolhendo tanto atividades cotidianas quanto eventos de grande porte, como a tradicional Feira Ecológica e o Brique da Redenção — feira de artesanato, antiguidades e comidas típicas que acontece aos domingos.

Figura 11: Monumento ao Expedicionário

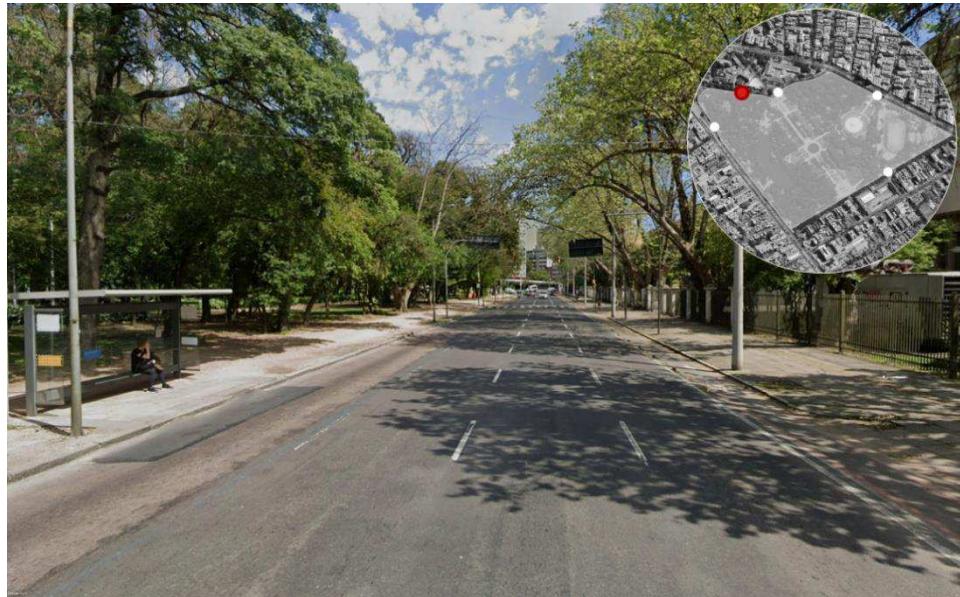


Fonte: xurl.ooo/9d1ni. Acesso em: 16 jun. 2025

Além de sua relevância cultural e histórica, o parque também cumpre funções ambientais importantes, como a regulação microclimática e a oferta de sombra e áreas verdes no tecido urbano denso. No contexto da cidade, o Parque Farroupilha simboliza uma centralidade viva e pulsante, sendo referência de espaço público bem consolidado que equilibra valor histórico, apropriação popular e multifuncionalidade.

O Parque Farroupilha está situado entre as avenidas José Bonifácio, João Pessoa, Osvaldo Aranha e Setembrina, além da Rua Engenheiro Luiz Englert. Localiza-se entre quatro bairros: Farroupilha, Cidade Baixa, Centro Histórico e Bom Fim. Por não ser cercado, o parque permite acesso por todos os lados, embora a entrada principal esteja localizada na Avenida José Bonifácio

Figura 12: Entorno do Parque Farroupilha



Fonte: GOOGLE EARTH PRO, 2025; elaborado pela autora, no *software* QGIS, 2025

O entorno do parque apresenta calçadas largas, com distinção entre a faixa de serviço e o passeio, o que contribui para um percurso desobstruído e acessível. Observa-se, ainda, a presença de piso tátil ao longo da Rua Eng. Luiz Englert, além de rampas nas calçadas, favorecendo a mobilidade universal.

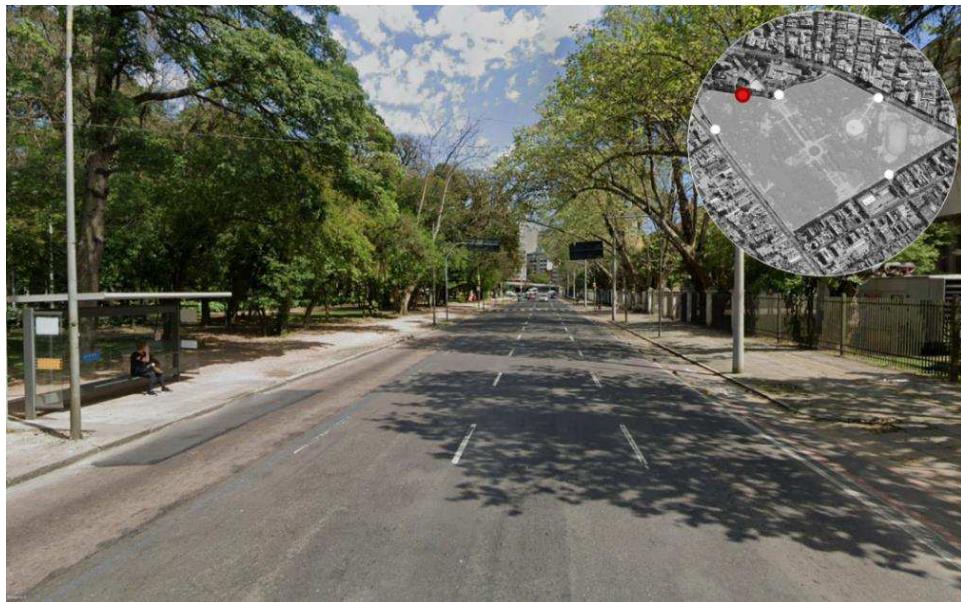
Figura 13: Entorno do Parque Farroupilha



Fonte: GOOGLE EARTH PRO, 2025; elaborado pela autora, no *software* QGIS, 2025

A área é bem arborizada, o que proporciona sombra e conforto térmico. Também foram identificados postes de iluminação voltados para pedestres e ciclistas, o que aumenta a segurança do espaço em diferentes períodos do dia. Em relação ao mobiliário urbano, o entorno é bem equipado, com bancos, pontos de ônibus com abrigo, lixeiras e estações de aluguel de ciclos, incluindo tanto bicicletas quanto patinetes. A sinalização também é adequada, com faixas de travessia bem posicionadas e placas indicativas em diversos trechos.

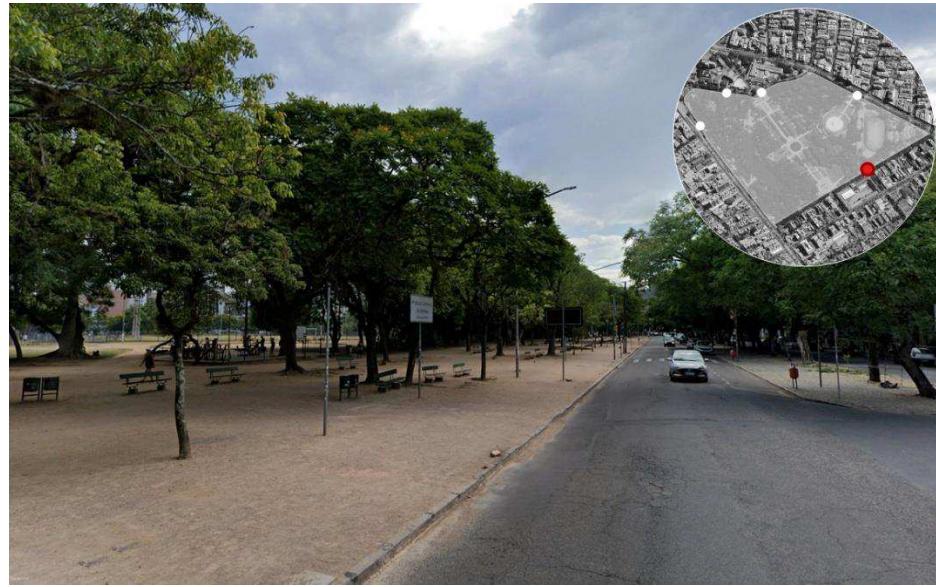
Figura 14: Entorno do Parque Farroupilha



Fonte: GOOGLE EARTH PRO, 2025; elaborado pela autora, no *software* QGIS, 2025

Na região, há ciclofaixas e calçadas compartilhadas, embora não tenham sido identificadas ciclovias sinalizadas. Ainda assim, essas estruturas favorecem o acesso por meios ativos e estimulam a intermodalidade no deslocamento urbano.

Figura 15: Entorno do Parque Farroupilha



Fonte: GOOGLE EARTH PRO, 2025; elaborado pela autora, no *software* QGIS, 2025

O parque também é acessível por transportes motorizados, tanto públicos quanto privados. De modo geral, o entorno apresenta uma infraestrutura urbana de qualidade, o que contribui para o uso ativo e contínuo do espaço público, não apenas dentro dos limites do parque, mas também em suas imediações.

Figura 16: Entorno do Parque Farroupilha



Fonte: GOOGLE EARTH PRO, 2025; elaborado pela autora, no *software* QGIS, 2025

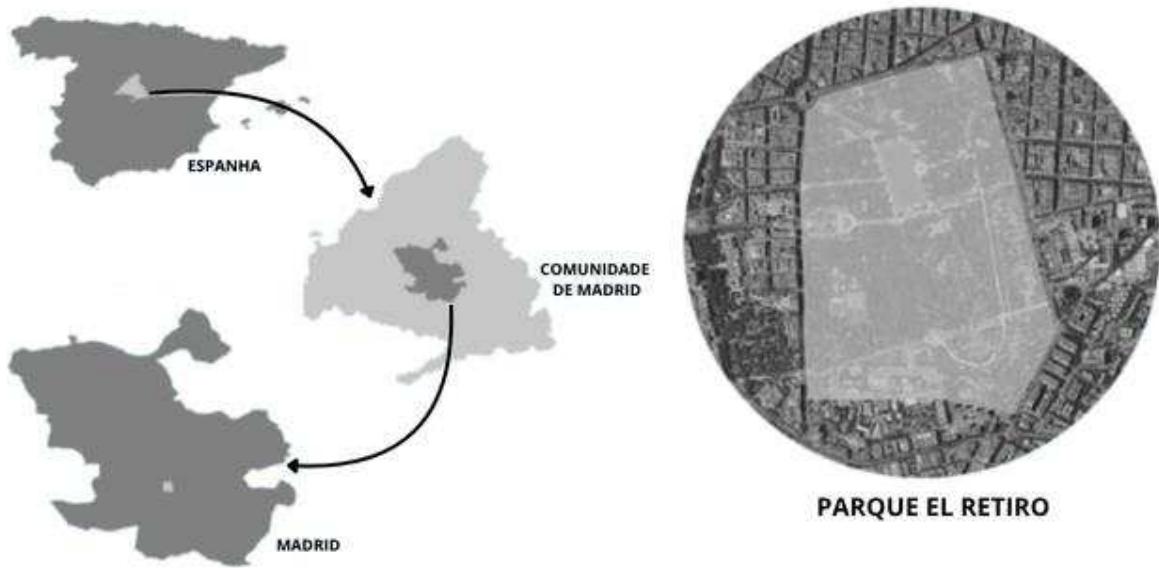
O Parque Farroupilha, portanto, consolida-se como um dos espaços públicos mais significativos de Porto Alegre, reunindo em sua estrutura atributos paisagísticos, culturais, históricos e sociais que o tornam um verdadeiro marco da cidade. Sua localização central e acessível, somada à infraestrutura urbana qualificada de seu entorno, reforça sua função como espaço democrático, acolhendo diferentes perfis de usuários e promovendo múltiplas formas de apropriação.

Mais do que um local de lazer, o parque é um elemento vital na dinâmica urbana da capital gaúcha, integrando natureza e cidade, tradição e contemporaneidade. Ao mesmo tempo em que preserva a memória coletiva da população, segue se adaptando às novas demandas sociais, oferecendo suporte a práticas sustentáveis, atividades culturais e modos de vida ativos. Nesse sentido, o Parque Farroupilha representa um exemplo consolidado de como os parques urbanos podem contribuir para uma cidade mais saudável, inclusiva e vibrante — sendo, ao mesmo tempo, patrimônio simbólico e infraestrutura essencial para a qualidade de vida.

2.3. Parque de El Retiro, Madrid

O Parque de *El Retiro*, localizado no centro de Madrid, é um dos espaços públicos mais emblemáticos da capital espanhola e constitui um importante marco na história do urbanismo da cidade. Sua origem remonta ao século XVII, quando foi concebido como parte do conjunto do Palácio do Bom Retiro, um espaço de lazer e descanso destinado à monarquia. Com o passar dos séculos, especialmente após a abertura ao público no final do século XIX, *El Retiro* consolidou-se como um parque urbano democrático, destinado ao uso coletivo e profundamente integrado à dinâmica da cidade.

Figura 17: Mapas de Localização do Parque El Retiro



Fonte: Elaborado pela autora, no *software QGIS*, 2025

Com uma área de aproximadamente 125 hectares, o parque apresenta uma composição paisagística diversificada, que combina jardins formais, como o *Parterre Francés*, com áreas de caráter mais naturalizado, como a *Bosque del Recuerdo*. Entre seus elementos mais conhecidos estão o Estanque Grande, lago artificial utilizado para atividades recreativas como passeios de barco; o Palácio de Cristal, exemplar notável da arquitetura do ferro e do vidro, atualmente utilizado como espaço expositivo; e o Palácio de Velázquez. O parque também abriga fontes, esculturas, alamedas e extensas áreas verdes destinadas ao lazer, prática esportiva e contemplação.

Figura 18: Vista Aérea do Parque



Fonte: <https://encurtador.com.br/nzDxI>. Acessado em 23 jun de 2025

No contexto urbano, o Parque de *El Retiro* exerce papel fundamental na qualificação ambiental da cidade, funcionando como um grande pulmão verde que contribui para o equilíbrio climático e a biodiversidade local. Além disso, desempenha relevante função social e cultural, ao oferecer espaços inclusivos e multifuncionais que atendem a uma ampla gama de usuários, desde moradores locais até turistas. É também um espaço que reflete a memória e a identidade coletiva da cidade, sendo cenário de manifestações culturais, feiras, concertos e encontros comunitários.

Figura 19: Entorno do Parque El Retiro



Fonte: GOOGLE EARTH PRO, 2025; elaborado pela autora, no software QGIS, 2025

Figura 20: Entorno do Parque El Retiro



Fonte: GOOGLE EARTH PRO, 2025; elaborado pela autora, no *software* QGIS, 2025

Sua localização estratégica e suas conexões com importantes vias e equipamentos urbanos reforçam o caráter de centralidade do Parque do Retiro. O parque é delimitado pelas vias Alfonso XII, Poeta Esteban de Villegas, Alcalá e Menéndez Pelayo, o que possibilita acesso facilitado por modos motorizados, públicos ou privados. As vias do entorno, com exceção da rua Poeta Esteban de Villegas, apresentam tráfego intenso e velocidade elevada, o que demanda atenção quanto à segurança dos usuários no entorno imediato.

Figura 21: Entorno do Parque El Retiro



Fonte: GOOGLE EARTH PRO, 2025; elaborado pela autora, no *software* QGIS, 2025

No entanto, todas as vias possuem uma faixa em cada sentido compartilhada entre automóveis e bicicletas, com limite de velocidade de 30 km/h. Apesar de representar uma alternativa para o acesso ao parque por meio de modos ativos, o fato de essa faixa ser compartilhada com veículos motorizados, ainda que em velocidade reduzida, impõe riscos à segurança do ciclista. O ideal seria a implantação de uma faixa exclusiva para bicicletas, preferencialmente com barreira física de separação entre os fluxos, garantindo maior proteção e incentivando o uso de modos sustentáveis de deslocamento.

Figura 22: Entorno do Parque El Retiro



Fonte: GOOGLE EARTH PRO, 2025; elaborado pela autora, no *software* QGIS, 2025

O entorno do parque conta com calçadas largas, que proporcionam maior conforto ao passeio. Observa-se a presença de rampas que asseguram a acessibilidade do espaço, além de mobiliário urbano composto por paradas de ônibus com abrigo, lixeiras, pontos de aluguel de bicicletas e patinetes, bem como placas e totens de sinalização.

Figura 23: Entorno do Parque El Retiro



Fonte: GOOGLE EARTH PRO, 2025; elaborado pela autora, no *software* QGIS, 2025

Contudo, as calçadas não dispõem de iluminação dedicada, o que pode resultar em trechos escuros no período noturno. Ainda que não haja vegetação na faixa de serviço das calçadas para gerar sombra, os caminhos se beneficiam do sombreamento proporcionado pela arborização interna do parque.

Figura 24: Entorno do Parque El Retiro



Fonte: GOOGLE EARTH PRO, 2025; elaborado pela autora, no *software* QGIS, 2025

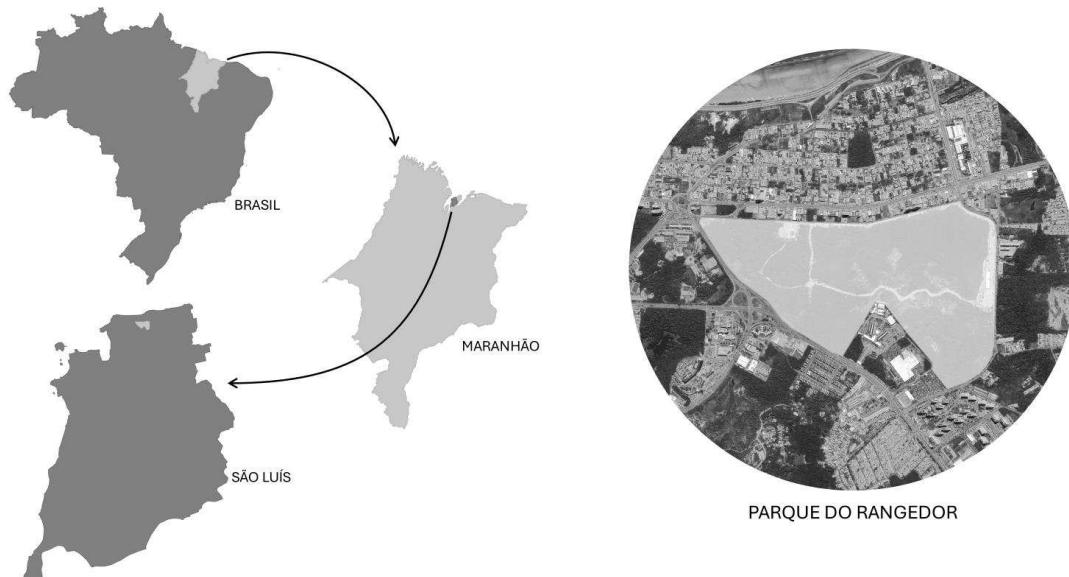
A análise da área do entorno do Parque *El Retiro* evidencia diversos pontos positivos, que configuram boas práticas no sentido da integração entre o parque e a cidade. Entretanto, persistem desafios relacionados à segurança dos ciclistas, à necessidade de maior qualificação das ciclovias e à melhoria da iluminação pública, aspectos fundamentais para promover uma conexão entre o espaço verde e o tecido urbano. Desse modo, o Parque de El Retiro configura-se como uma referência relevante para projetos que buscam integrar espaços verdes ao contexto urbano, promovendo qualidade ambiental e bem-estar coletivo.

3. O PARQUE ESTADUAL DO RANGEDOR

3.1. Contexto histórico

O Parque Estadual do Rangedor representa uma das mais importantes áreas verdes da cidade de São Luís, reunindo atributos ambientais, urbanos e sociais de grande relevância. Localizado em uma área de adensamento urbano significativo, o parque é fruto de um processo histórico marcado por disputas imobiliárias, ocupações institucionais e mobilizações sociais em defesa da conservação ambiental.

Figura 25: Mapas de Localização do Parque do Rangedor

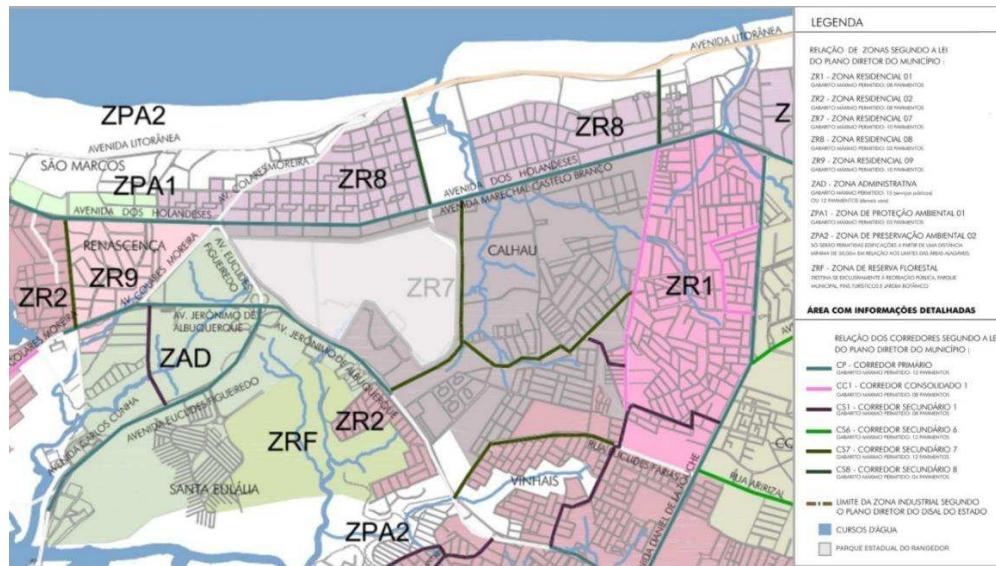


Fonte: Elaborado pela autora, no software QGIS, 2025

O presente capítulo tem como objetivo contextualizar historicamente a criação da unidade de conservação, destacando os antecedentes de uso e ocupação da área, a legislação que oficializou sua existência, os conflitos que envolveram sua implantação e a dinâmica que atualmente se estabelece em seu interior e em seu entorno imediato.

O Parque Estadual do Rangedor está localizado entre três importantes vias da cidade: as avenidas Jerônimo de Albuquerque, Eduardo Magalhães e dos Holandeses, em uma das regiões de maior valorização imobiliária de São Luís. A área apresenta características fisiográficas e pedológicas fundamentais para o funcionamento ecológico da Ilha de São Luís, destacando-se como zona de recarga de aquíferos e de proteção de nascentes e afluentes dos rios Calhau e Anil.

Figura 26: Mapa de Localização do Parque do Rangedor no Zoneamento



Fonte: Plano da Paisagem Urbana do Município de São Luís/MA (2025). Adaptado pela autora.

Além de sua vegetação nativa, composta por espécies como babaçu, buriti, juçara, anajá e diversas frutíferas, a área abriga uma rica fauna, incluindo pássaros, macacos e jacarés, o que reforça seu valor ecológico e seu potencial para a conservação da biodiversidade urbana.

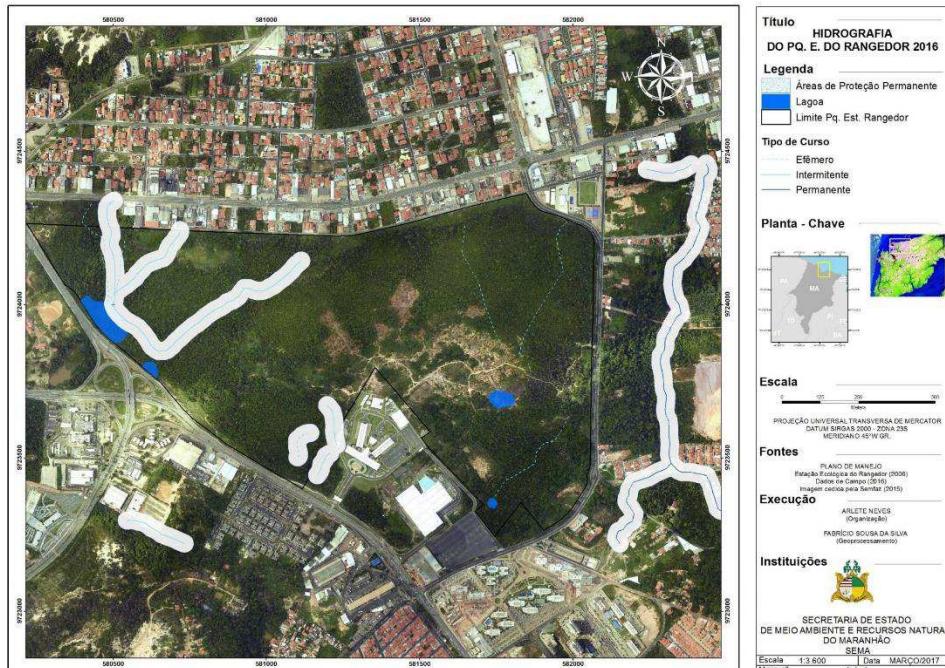
Antes de ser instituído como unidade de conservação, o Sítio Rangedor já era objeto de diversas intenções de ocupação por parte do poder público estadual. A partir da década de 1990, com a construção do Palácio Henrique de La Roque, sede do Governo do Estado, a área passou a ser considerada um futuro centro administrativo. Situado em uma região nobre da cidade, o

território compreendia as terras do antigo Instituto de Previdência do Estado do Maranhão (IPEM), distribuídas entre os sítios Santa Eulália e Rangedor.

A implantação de equipamentos institucionais como o Centro de Convenções do SEBRAE e o prédio da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (ALEMA), bem como conjuntos residenciais como o Novo Tempo, acentuou a pressão urbanística sobre a área, caracterizada por sua vegetação nativa, olhos d'água e função ecológica essencial para o equilíbrio das bacias hidrográficas do Rio Calhau e do Rio Anil.

A ocupação desordenada e a expansão imobiliária, especialmente no setor conhecido como Área Leste 2, separada da estação ecológica pela Avenida Eduardo Magalhães, compõe o mesmo ecossistema e é reconhecida como Área de Preservação Permanente (APP). Com cerca de 80 hectares, abriga nascentes e córregos que alimentam o Rio Calhau, intensificaram os conflitos socioambientais e motivaram ações por parte de ambientalistas e movimentos sociais para garantir a proteção da região.

Figura 27: Mapa da Hidrografia do Parque Estadual do Sítio do Rangedor.



Fonte: Plano de Manejo Parque Estadual do Sítio do Rangedor

A resposta institucional a essas pressões se deu com a criação da Estação Ecológica do Sítio Rangedor, por meio do Decreto Estadual nº 21.797, de 8 de junho de 2005, com uma área

inicial de 125,65 hectares. A unidade foi classificada como de proteção integral, com uso restrito à pesquisa científica e educação ambiental. Contudo, apenas dois anos depois, sua área foi reduzida por meio do Decreto Estadual nº 23.303/2007, passando a 120,95 hectares — o que contraria o disposto no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/2000), que exige lei específica para alterações nos limites de uma unidade de conservação.

Apesar de sua formalização legal, a Estação Ecológica do Rangedor teve uma implantação marcada por contradições. A construção da sede da Assembleia Legislativa ocorreu simultaneamente às discussões sobre a criação da unidade, tendo início ainda em 2003, com base em doações legais de terrenos pelo Estado. Relatórios ambientais contratados pela ALEMA minimizaram os impactos da obra, mesmo diante de evidências de desmatamento, interferência em áreas de nascentes e deposição irregular de resíduos.

A falta de delimitação da zona de amortecimento e a inexistência de plano de manejo até os anos seguintes à criação da unidade resultaram em um cenário de vulnerabilidade ambiental. Denúncias feitas pelo Ministério Público Estadual, pelo IBAMA e por organizações da sociedade civil evidenciaram crimes ambientais e fragilidades nos mecanismos de fiscalização, bem como a prevalência de interesses econômicos sobre a preservação ambiental.

Diante desse contexto de fragilização da função conservacionista original, o poder público optou por uma nova abordagem para a área. Nos anos seguintes, a área passou por um processo de reconfiguração, sendo transformada em parque urbano com abertura ao público, trilhas, espaços de lazer e eventos. Ainda que essa mudança tenha ampliado o acesso da população à área verde, ela também gerou críticas quanto à descaracterização de seu papel de conservação integral. A conversão da unidade em espaço público de recreação sem o devido ordenamento ambiental levanta questionamentos sobre os rumos da política de gestão de áreas protegidas no Maranhão.

A dinâmica urbana ao redor do parque continua marcada por desequilíbrios sociais e ambientais. O entorno imediato é formado por bairros de alta e média renda, com condomínios, comércio e vias de tráfego intenso, ao passo que áreas vulneráveis convivem com a poluição dos recursos hídricos e com a especulação imobiliária crescente.

O Parque Estadual do Rangedor é resultado de um processo complexo e contraditório, que envolve disputas políticas, interesses econômicos e lutas ambientais. Sua criação legal, embora significativa, ainda carece de instrumentos eficazes de gestão, fiscalização e planejamento. A permanência de conflitos socioambientais, especialmente na Área Leste 2, revela a urgência de políticas públicas comprometidas com a justiça ambiental e com a preservação dos recursos naturais.

3.2. Análise Funcional e Espacial do Parque do Rangedor

O presente capítulo apresenta uma análise funcional e espacial do Parque Estadual do Rangedor, com base em observações realizadas durante visitas de campo. A análise visa compreender a forma como o espaço é apropriado pelos usuários, sua infraestrutura, os fluxos internos, o conforto ambiental e a percepção do ambiente. Por meio da identificação de potencialidades e fragilidades, é possível elencar aspectos positivos e negativos do parque enquanto espaço público. O diagnóstico resultante destas análises de dentro e do entorno do parque pode fornecer subsídios para propostas futuras de qualificação urbana e ambiental desse objeto de estudo.

Durante as visitas realizadas nos dias 09/05/2025 (turnos matutinos, por volta das 10hrs), 17/05/2025 (turnos matutinos, por volta das 9hrs), 18/05/2025 (turnos vespertinos, por volta das 17hrs), 21/05/2025 (turnos vespertinos, por volta das 18hrs), constatou-se que o parque é frequentado por um público diversificado. Adultos compõem a maior parte dos usuários, mas também é possível observar a presença de crianças, adolescentes e idosos, utilizando o espaço tanto de forma individual quanto coletiva. As atividades realizadas variam entre práticas esportivas (como caminhadas, ciclismo e exercícios nas academias ao ar livre), momentos de lazer e contemplação, piqueniques, descanso e socialização.

Figura 28: Mapa do Parque do Rangedor

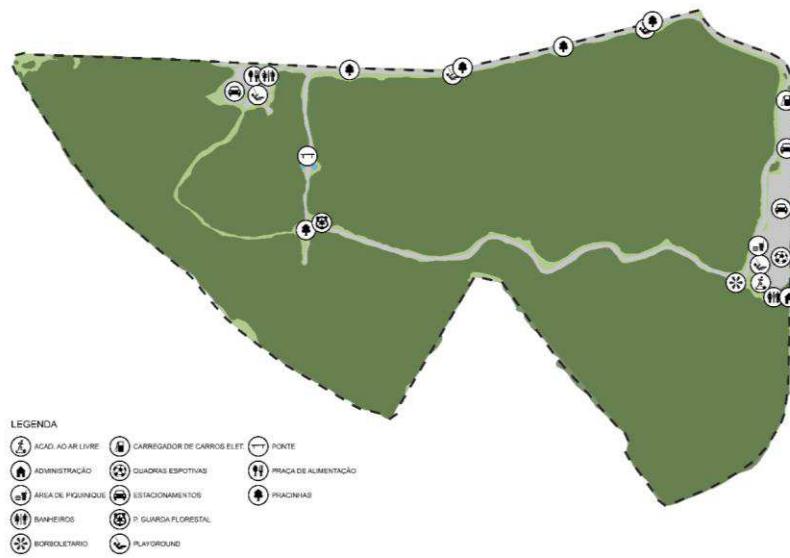


Fonte: Elaborado pela autora, no *software QGIS*, 2025

No mapa acima tem-se as estruturas que o parque disponibiliza para seus visitantes. Na cor vermelha temos marcada a ciclovía do parque, e junto dela em azul temos sinalizado a pista de corrida, elas percorrem um trecho de aproximadamente três quilômetros. As entradas de pedestres estão marcadas pela cor amarela e a entrada de veículos motorizados em verde. Temos também a sinalização das praças do parque, sendo a número 1 (um) a praça das nascentes, número dois praça do amor, número três praça dos bichos e por último a praça de número quatro a praça principal do parque.

No mapa da figura 29, pode-se observar a infraestrutura oferecida pelo parque para seus visitantes. Temos sinalizada a presença de academia ao ar livre, a administração, a área para piqueniques, os banheiros, o borboletário, o ponto de carregamento de carros elétricos, as quadras esportivas, os playgrounds e estacionamento, o posto do guarda florestal, a ponte, a praça de alimentação e as pracetas que também compõem o parque

Figura 29: Mapa do Parque do Rangedor



Fonte: Elaborado pela autora, no *software* QGIS, 2025

O parque possui uma entrada principal na Avenida Deputado Luís Eduardo Magalhães, com acesso para automóveis e um acesso exclusivo para pedestres. Essa entrada está localizada próxima à principal área de permanência do parque, possibilitando o acesso a diversos equipamentos, incluindo a ciclovia e a pista de corrida.

Também é possível acessar o parque pela Rua dos Búzios, onde há várias entradas exclusivas para pedestres e um acesso para automóveis, situados nas proximidades da Praça dos Bichos, onde se encontra, ainda, a praça de alimentação. Esse espaço conta, igualmente, com uma entrada para pedestres.

Os demais acessos exclusivos para pedestres estão distribuídos por essa área do parque e conduzem a pequenas praças, espaços de recreação infantil, à ciclovia e à pista de corrida. Outros espaços, como a Praça do Amor, a Praça das Nascentes e o posto do guarda florestal, só podem ser alcançados por meio da ciclovia e da pista de corrida. Por esse motivo, apresentam acesso mais restrito em relação aos demais equipamentos localizados nas áreas mais próximas ao entorno do parque.

A principal área de permanência do Parque do Rangedor espaço concentra grande parte dos equipamentos e, consequentemente, o maior fluxo de pessoas. Nele estão dispostas quadras poliesportivas, quadra de tênis, quadra de areia, playgrounds, academia ao ar livre, além de amplos

gramados utilizados para piqueniques e descanso. Por outro lado, áreas menores distribuídas ao longo do percurso, como a Praça do Amor e a Praça das Nascentes, demonstraram baixo uso, indicando que a distribuição dos atrativos e da infraestrutura influencia diretamente na ocupação e dinamismo dos espaços.

O parque conta com uma pista de caminhada e ciclovia de aproximadamente três quilômetros de extensão, com faixas bem delimitadas e sinalizada, além de integração com o ambiente natural. Essa infraestrutura favorece a circulação ativa, tanto para lazer quanto para exercício físico, sendo amplamente utilizada por ciclistas, corredores e caminhantes. No entanto, em alguns trechos foram observados problemas na pavimentação, com fissuras e deterioração do concreto, o que compromete a segurança e o conforto da circulação, especialmente para pessoas com mobilidade reduzida.

Apesar da presença de rampas e banheiros adaptados, não foram identificados pisos táteis ou sinalizações específicas para pessoas com deficiência visual. A acessibilidade, nesse contexto, adquire papel central. Garantir o acesso universal a todos os espaços do parque é condição fundamental para que todas as pessoas possam usufruir do espaço de maneira plena, autônoma e com segurança. Um espaço público verdadeiramente democrático deve acolher todas as pessoas, garantindo a todos não apenas o acesso físico, mas também a sensação de pertencimento e de convite à permanência.

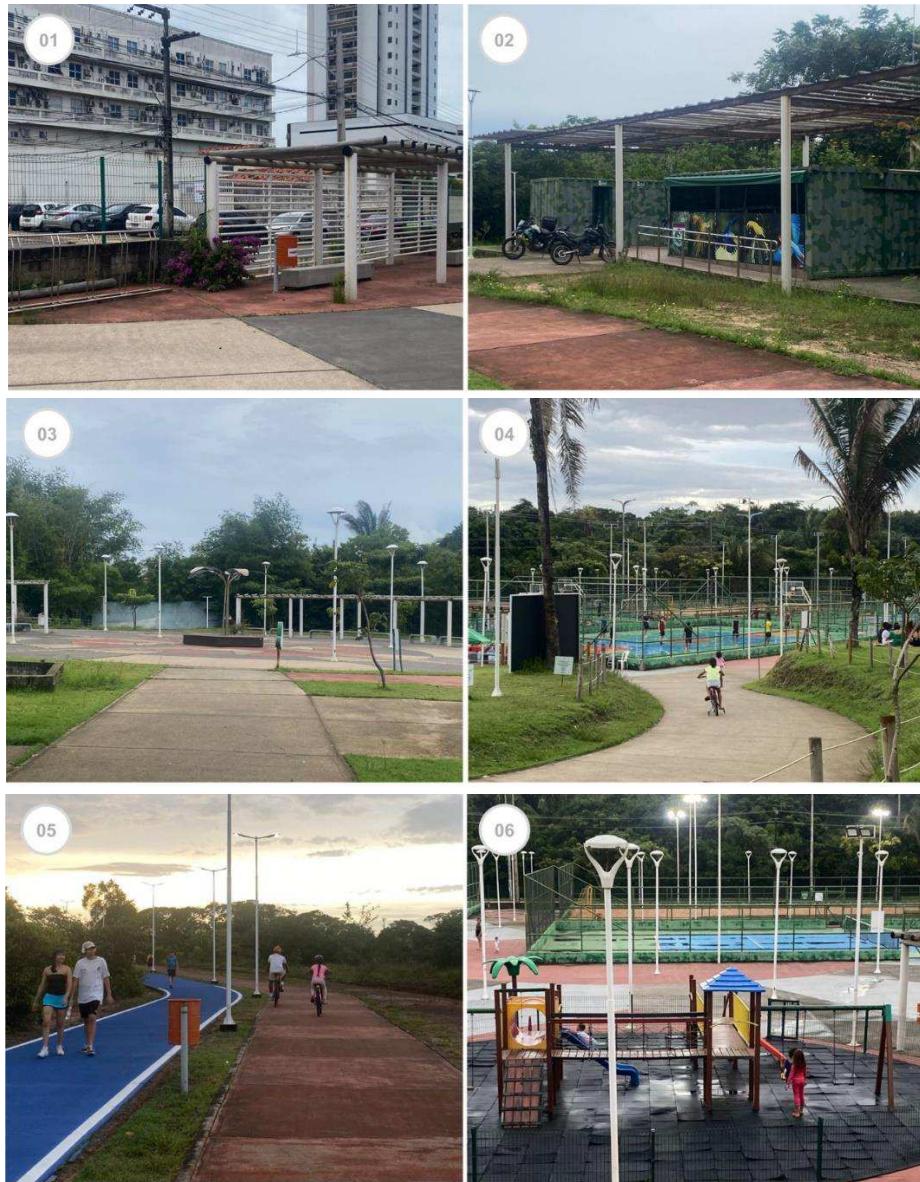
Figura 30: Mapa e indicação de sequência fotográfica do Parque do Rangedor



Fonte: Elaborado pela autora, no *software* QGIS, 2025

A partir da Figura 30 apresentada, faz-se uma exposição de sequência de fotos para melhor exemplificar alguns espaços e a ambiência do Parque do Rangedor. Nessas fotos, é possível observar espaços para lazer ativo e passivo, como práticas esportivas e de contemplação, além da oportunidade para usuários de várias idades.

Figura 31: Fotos do Parque do Rangedor



Fonte: Autoral, 2025

Para ilustrar os pontos levantados tem-se alguns registros fotográficos do parque, na foto 1 é possível observar a configuração de uma das entradas de pedestres do parque, localizada

na rua dos búzios. Na foto 2 está presente o posto da guarda florestal nas proximidades da praça do amor, que é mostrada na foto 3. A foto 4 mostra, as quadras na praça principal, que também pode ser observada na foto 6, junto com um playground. Já na foto 5 é possível observar um trecho da ciclovia e da pista de *cooper*. Essa sensação de acolhimento é um fator decisivo para a qualidade de um espaço público. No caso do Parque do Rangedor, foi possível observar que os usuários parecem se sentir seguros, tranquilos e confortáveis durante o uso. O ambiente transmite hospitalidade e convida à permanência. A presença de elementos naturais e a ventilação contribuem para essa percepção positiva.

A vegetação exerce papel fundamental na configuração ambiental e na estética do parque. A cobertura vegetal é composta principalmente por espécies nativas e espontâneas, o que reforça a identidade ecológica do espaço e favorece a biodiversidade. Ao longo da pista de caminhada, a vegetação densa proporciona sombreamento e conforto térmico. Contudo, nas áreas de permanência e nas praças, a sombra natural ainda é insuficiente, prejudicando o conforto dos usuários, especialmente nos horários de maior insolação.

A diversidade de mobiliário é um aspecto extremamente relevante, pois permite uma variedade de usos, do esporte ao descanso, do lazer infantil à convivência entre grupos. Essas múltiplas possibilidades ampliam o alcance do parque, tornando-o mais convidativo e adaptável às necessidades dos diferentes perfis de usuários. A variedade nas possibilidades de uso do espaço fortalece os vínculos afetivos da população com o lugar.

Um ótimo exemplo disso é a área gramada próxima a entrada principal, muito utilizada para piqueniques, momentos de descanso, contemplação e reunião de pessoas, nesse espaço é possível observar pessoas sozinhas, em pequenos grupos e até grandes reuniões de pessoas, é comum ver pessoas que levam cadeiras de praia e toalhas para sentar e usufruir do espaço, algumas pessoas chegam a organizar eventos como pequenas comemorações nesse local. Esses pontos citados mostram a criação de um vínculo com os espaços favorecem o seu uso.

Em relação à infraestrutura, o parque é equipado com mobiliários urbanos como bancos, brinquedos infantis, academias ao ar livre, quadras esportivas, banheiros públicos e uma praça de alimentação. Também conta com um posto da Polícia Ambiental e um setor administrativo próximo à Praça do Sol. A maioria dos equipamentos está em boas condições, mas há necessidade de manutenção pontual. A sinalização é limitada: embora existam placas educativas e informativas

ao longo do percurso, não há mapas ou totens que orientem a circulação. Também não foi identificada estrutura de apoio ambulatorial, o que representa uma fragilidade quanto à segurança dos frequentadores em casos de emergência.

Durante as visitas, não foram observadas atividades culturais, oficinas ou eventos comunitários, o que sugere que o parque é utilizado principalmente para práticas individuais ou em pequenos grupos, com foco em atividades físicas e recreativas. Ainda que desempenhe importante função ambiental e social, o parque não apresenta uma identidade vinculada às manifestações culturais locais.

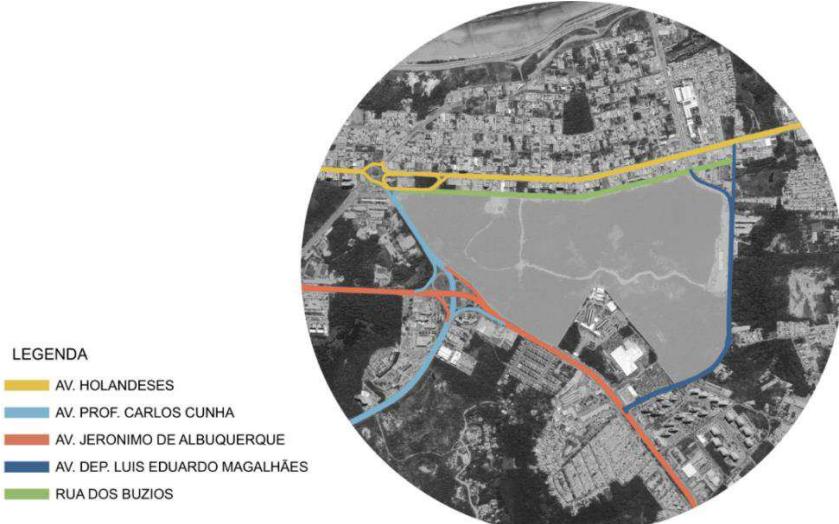
Portanto, a análise funcional e espacial do Parque Estadual do Rangedor mostra um espaço com grande potencial, tanto em termos ambientais quanto sociais, mas que ainda carece de intervenções pontuais para garantir maior equidade no acesso, mais conforto nos espaços de permanência e uma apropriação mais ampla por diferentes segmentos da população. A diversidade de usos e usuários já observada pode ser ainda mais estimulada com pequenas ações de qualificação espacial, que reforcem o caráter democrático, inclusivo e convidativo desse importante equipamento urbano.

3.3. Relação Parque–Cidade: Entorno Imediato e Conexões Urbanas

O entorno do Parque do Rangedor, atualmente, não apresenta uma infraestrutura adequada que possibilite uma conexão efetiva com as áreas adjacentes, encontrando-se, portanto, sem conexão com tecido urbano por meios de espaços públicos acessíveis aos pedestres. O tratamento dado à infraestrutura para os pedestres e ciclistas em volta do parque representa uma barreira urbanística em relação às comunidades que o circundam. Essa desconexão compromete o pleno aproveitamento do espaço público como elemento integrador do tecido urbano.

Ao analisar individualmente as faces do parque, identificam-se três situações distintas, cada qual com suas características e especificidades próprias. Sendo assim, torna-se necessária a análise individualizada de cada uma das avenidas que o margeiam, bem como de seus respectivos entornos, a fim de compreender melhor as dinâmicas urbanas presentes.

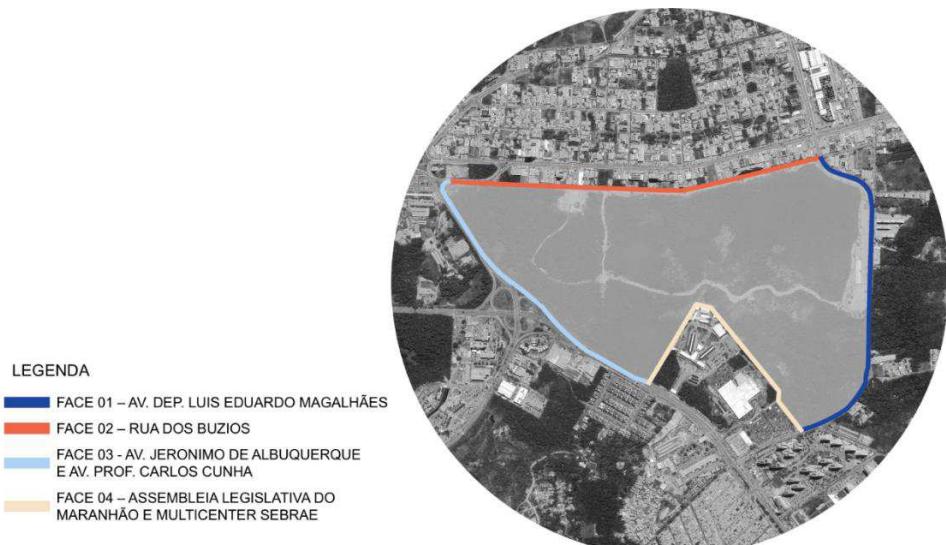
Figura 32: Mapa das Vias no Entorno do Parque do Rangedor



Fonte: Elaborado pela autora, no *software* QGIS, 2025

O primeiro mapa sinaliza as principais vias do entorno do parque, utilizados por grande parte da população para acessá-lo. Sendo elas Av. dos Holandeses, Av. Prof. Carlos Cunha, Av. Jerônimo de Albuquerque, Av. Luís Eduardo Magalhães e Rua dos Búzios. No mapa seguinte está a marcação das faces do parque, sendo a número um a Av. Luís Eduardo Magalhães, número dois Rua dos Búzios, número três Av. Jerônimo de Albuquerque e Av. Prof. Carlos Cunha e a face número quatro diz respeito aos limites da Assembleia Legislativa, Multicenter Sebrai.

Figura 33: Mapa das Faces do Parque do Rangedor



Fonte: Elaborado pela autora, no *software* QGIS, 2025

Na face número um, identifica-se como principal fronteira a Avenida Deputado Luís Eduardo Magalhães. Ao longo dessa via, localizam-se a entrada e a saída do estacionamento principal do parque, posicionadas estrategicamente próximas às áreas destinadas à maior permanência dos usuários. Dentre essas áreas, destacam-se as quadras esportivas, a academia ao ar livre, os brinquedos infantis e o gramado amplo, frequentemente utilizado para piqueniques e atividades de lazer ao ar livre.

A área apresenta apenas uma entrada exclusiva para o pedestre, não possui ciclovia ou ciclofaixa e conta com apenas uma parada de transporte coletivo em cada sentido da via. As calçadas não contam com iluminação dedicada e são formadas pelo passeio e pela faixa de serviço, sendo está ocupada por vegetação e postes de luz. A calçada não segue as normas de acessibilidade; o rebaixamento da calçada reduz a faixa livre de circulação e não é utilizado piso tátil.

A análise conjunta do interior e do entorno revela o descaso com os modos ativos: pedestres e ciclistas não são incentivados a acessar o parque por meios não motorizados. Ao contrário, essa prática é inibida pelas condições da infraestrutura disponível na região da Avenida Dep. Luís Eduardo Magalhães, reforçadas por uma grande área de estacionamento e por um único acesso para quem se desloca a pé ou de bicicleta, ampliando o percurso desses usuários.

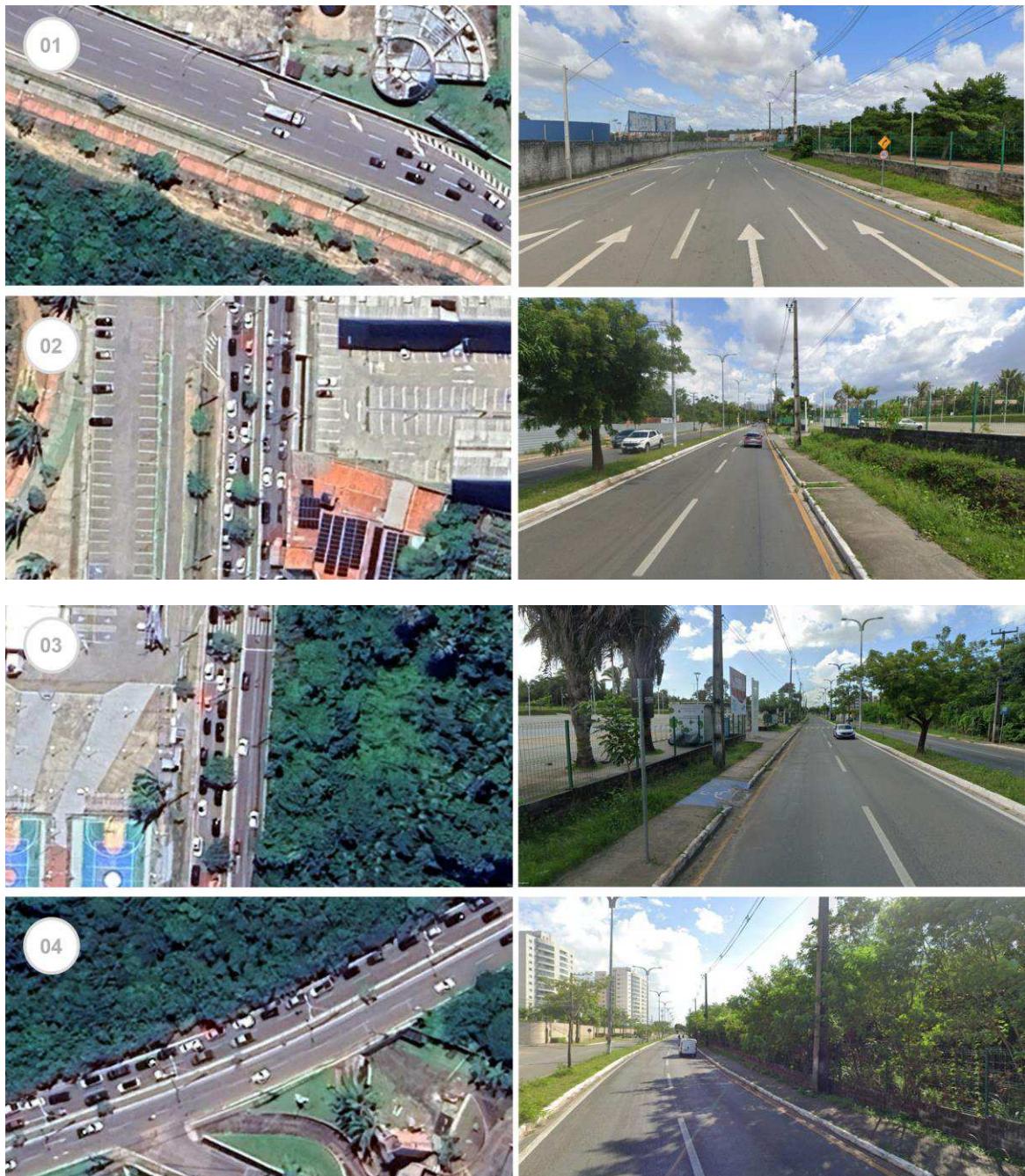
Figura 34: Mapa com sequência fotográfica do entorno do Parque do Rangedor



Fonte: Elaborado pela autora, no *software* QGIS, 2025

A figura 35 apresenta imagens de trechos da face número 1 (um) do parque, onde é possível observá-las em planta e em vista, elas ilustram aos pontos levantados anterior mente, com a falta de estrutura cicloviária, falta de iluminação adequada e calçadas sem acessibilidade e fora dos padrões normativos

Figura 35: Vista de Satélite e *street view* dos pontos 1, 2 ,3 e 4



Fonte: Google Earth

Ao se analisar a face número dois, na Rua dos Búzios, temos uma mudança de cenário no interior do parque. No trecho anterior havia amplo estacionamento e zona de permanência; aqui, surgem pequenos espaços de pausa ao longo da pista de caminhada e da ciclofaixa, que ocupam praticamente toda a extensão lindeira à via, transformando-a em área de passagem. O parque oferece cinco portões para pedestres e um acesso veicular, sinalizando prioridade ao deslocamento ativo. Por outro lado, fora dos limites do equipamento verde, a realidade diverge: calçadas estreitas, sem distinção entre passeio e faixa de serviço, ausência de iluminação dedicada, rebaixos fora do padrão e nenhuma infraestrutura cicloviária comprometem conforto e segurança.

Figura 36: Vista de Satélite e *street view* dos pontos 7, 8 e 9



Fonte: Google Earth

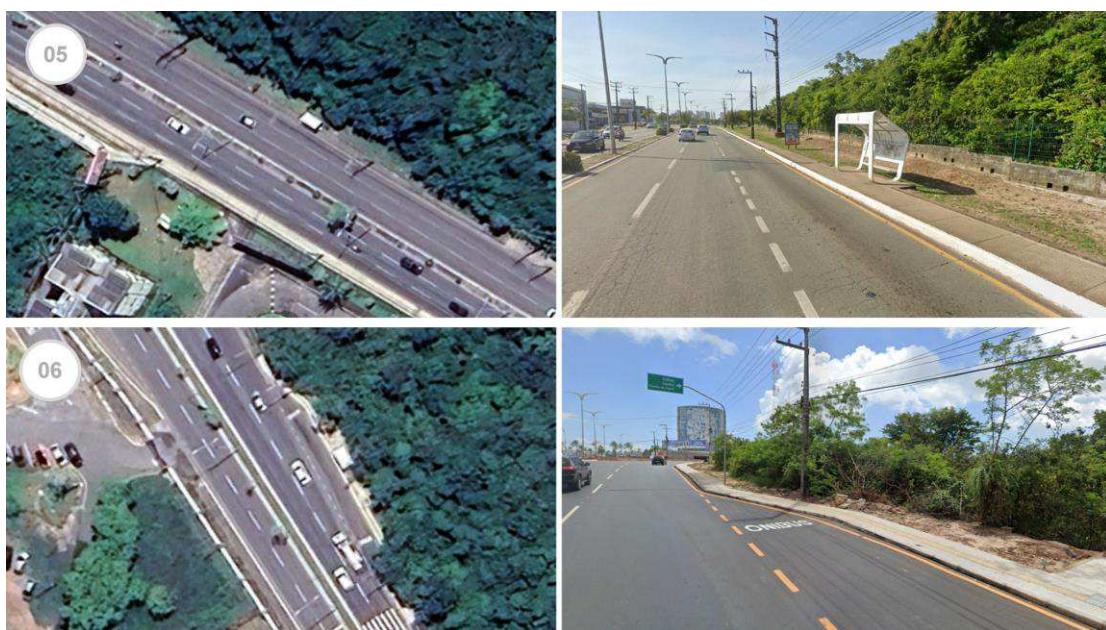
Acima estão algumas imagens de trechos da face número 2 (dois) do parque, as imagens estão em planta e em vista. A partir delas é possível compreender melhor a situação

exposta a nos parágrafos anteriores, a estruturação das calçadas, o tipo de via e a estruturação das entradas que estão localizadas nesta face. É possível também localizar alguns dos problemas já trazidos, referentes a iluminação, as calçadas e a não existência de ciclovias.

A terceira face do parque a ser analisada está dividida entre as avenidas Prof. Carlos Cunha e Jerônimo de Albuquerque, e difere das anteriores. Trata-se de uma faixa exclusivamente preservada, sem mobiliário ou edificações, além de abrigar a área cedida à Assembleia Legislativa do Maranhão. Externamente, observa-se mudança de escala viária: enquanto as demais vias são coletoras (40 km/h), essas avenidas são arteriais, com 60 km/h e mais faixas, portanto, maior fluxo. Nesse contexto, pedestres e ciclistas encontram-se ainda mais vulneráveis, exigindo mais infraestrutura.

Entretanto, não é isso que acontece. A infraestrutura da região também deixa a desejar na priorização dos modos ativos: as vias não dispõem de ciclovias ou ciclofaixas, nem mesmo de sinalização de uso compartilhado. A iluminação é pensada para os veículos, sem contemplar quem se desloca a pé ou de bicicleta. Apesar da presença de piso tátil em algumas vias, ele não é contínuo, o que compromete sua função. Há pontos em que as calçadas, por vezes estreitas, não seguem as normas de acessibilidade; em alguns trechos, não há distinção entre a faixa de serviço e a faixa livre, gerando obstáculos para a caminhada.

Figura 37: Vista de Satélite e *street view* dos pontos 6 e 7



Fonte: *Google Earth*

Na figura 37, pode-se observar algumas imagens de trechos da face número 3 (três) do parque, mostrados em planta e em vista. É possível observar a infraestrutura deficiente da área, a mudança de situação no interior do parque, com a mata totalmente preservada e a configuração da via, com um número maior de faixas e maior fluxo de automóveis.

Outra via de importância estratégica para a conexão parque–cidade é a Avenida dos Holandeses, responsável pela ligação entre o Rangedor e as praias — local que, além de ser o cartão-postal mais emblemático da cidade, é amplamente utilizado para lazer, prática de exercícios, contemplação e contato com a natureza. A conexão entre essas duas áreas cria uma malha de espaços recreativos e esportivos, importante para a vitalidade urbana. Tendo isso em vista, torna-se fundamental a análise da região dessa via, que possui proximidade com o parque e é responsável por sua ligação com as praias.

Embora a via também seja arterial (60 km/h) e larga, a carência de estrutura voltada aos modos ativos repete-se: iluminação focada no tráfego motorizado; em alguns pontos, a faixa livre não apresenta condições adequadas para os pedestres, seja por obstáculos, seja por ser confundida com a faixa de serviço ou por não possuir pavimentação adequada. A acessibilidade também é falha em diversos trechos: há falta de sinalização horizontal e o piso tátil é pontual, sem continuidade. Não há nenhuma infraestrutura voltada ao uso de bicicletas ou outros veículos de propulsão humana.

Todos esses fatores desfavorecem a comunicação do parque com o entorno e dificultam seu acesso, por não promoverem a mobilidade no entorno do parque. Essas questões tornam difícil tanto a caminhada nos arredores quanto o acesso por bicicleta, criando uma barreira ao deslocamento. Sendo assim, a proposta do parque permanece restrita ao seu interior: só é possível utilizar o espaço com acessibilidade e segurança dentro de seus limites, não havendo conexão efetiva com as comunidades do entorno. Essa desconexão reforça a necessidade de intervenções urbanas que promovam a integração efetiva entre o parque e os bairros adjacentes, garantindo mobilidade inclusiva e acessível.

4. PROPOSTA DE READEQUAÇÃO URBANÍSTICA PARA O ENTORNO DO PARQUE DO RANGEDOR

4.1. Diretrizes e Princípios Norteadores

A formulação das diretrizes e princípios norteadores partes da necessidade de reverter os desequilíbrios urbanos diagnosticados no entorno do Parque Estadual do Rangedor, buscando assegurar uma requalificação inclusiva, sustentável e integradora. Ter esses dois conceitos bem definidos é imprescindível para que as proposições apresentadas nos próximos capítulos estejam bem fundamentadas e orientadas, de modo a atender adequadamente às necessidades específicas deste caso, contemplando as distintas características de cada face do parque e considerando a diversidade de pessoas que farão uso desse espaço.

Os princípios norteadores e diretrizes abordados neste capítulo emergem a partir de uma análise crítica do parque e de seu entorno, apresentada no capítulo anterior, e da fundamentação teórica já discutida, que buscou compreender os pilares estruturantes das proposições deste trabalho. Essa base teórica envolveu reflexões sobre a dinâmica dos espaços públicos e áreas verdes, a importância dos parques urbanos e o papel da mobilidade ativa na construção de espaços com vitalidade.

A partir disso, o trabalho adota como valores centrais a ideia de pensar a cidade a partir da escala humana, priorizando os modos ativos de deslocamento, a convivência social e a ocupação dos espaços públicos, garantindo conforto e segurança aos indivíduos em sua experiência urbana, em contraposição à lógica rodoviarista. Esse conceito é amplamente defendido por Jan Gehl, que propõe um planejamento urbano voltado para as pessoas, no qual a cidade deve ser moldada para incentivar o caminhar, o permanecer e o encontro, promovendo uma vida urbana mais vibrante, segura e inclusiva.

Outro aspecto essencial é a garantia da acessibilidade nos espaços de uso coletivo, permitindo que pessoas com diferentes capacidades físicas e sensoriais possam utilizá-los plenamente. Isso contribui para a construção de uma cidade mais democrática e inclusiva. Para tanto, é necessário assegurar calçadas contínuas, niveladas e com largura mínima adequada; a presença de rampas, piso tátil e equipamentos que forneçam informações acessíveis, com o uso de

tecnologias como legendas em braile, audiodescrição e interfaces adaptadas às diversas necessidades.

Além disso, é fundamental garantir travessias seguras e iluminação eficiente. A implantação de faixas elevadas e sinalizadas, com rampas de acessibilidade e tempo semafórico compatível com o deslocamento de pessoas com mobilidade reduzida, bem como a previsão de espaços de descanso acessíveis, são medidas importantes. Todos os espaços devem ser concebidos conforme os princípios do desenho universal, permitindo o uso por todas as pessoas, independentemente de idade ou condição física.

A conectividade do parque com seu entorno também se torna um ponto essencial sob a ótica de uma cidade mais democrática. A integração física e funcional à malha urbana facilita o acesso e o uso do espaço, garantindo que, independentemente da distância percorrida pelo indivíduo, o deslocamento até o parque seja seguro e confortável. A requalificação dos acessos deve priorizar os fluxos não motorizados, com a presença de ciclovias ou ciclofaixas, calçadas confortáveis, pontos de transporte coletivo nas proximidades e soluções que favoreçam a intermodalidade, tornando o equipamento plenamente integrado aos fluxos cotidianos da população.

Ainda em relação à articulação do parque com a cidade, é importante que esse espaço esteja bem conectado a outros equipamentos de lazer próximos, formando uma rede de espaços livres dentro da malha urbana, como discutido no início deste trabalho. Essa articulação permite que a população desfrute melhor do ambiente urbano, incentivando a prática descentralizada de atividades culturais, esportivas e de lazer.

Essas práticas contribuem para a vitalidade e o sentimento de pertencimento, estimulando o uso contínuo e diversificado do espaço público, promovendo o convívio social, a valorização da cultura local e o fortalecimento dos vínculos afetivos com o território. A permanência, o encontro e a memória urbana são elementos fundamentais para a criação de um espaço vivo e significativo. Nesse sentido, é essencial fomentar a diversidade de usos e atividades nas bordas do parque, a fim de garantir sua utilização ao longo do dia e da semana; incorporar mobiliário urbano de qualidade em áreas estratégicas; e promover programações culturais, feiras e eventos sazonais em parceria com a comunidade.

Essas diretrizes formam o alicerce para as estratégias e propostas que serão detalhadas nos próximos itens deste capítulo. A partir delas, busca-se orientar uma readequação urbanística que amplie o uso do parque, fortaleça sua integração com o tecido urbano e contribua para a construção de uma cidade mais equitativa, acessível e sustentável.

4.2. Estratégias para garantir a Acessibilidade e Mobilidade Ativa

A promoção da acessibilidade e da mobilidade ativa no entorno do Parque Estadual do Rangedor é fundamental para consolidar sua integração com a cidade e assegurar o uso democrático de seus espaços. A ausência de calçadas qualificadas, mobiliário urbano apropriado, conexões seguras e infraestrutura cicloviária adequada representa um obstáculo significativo ao deslocamento a pé ou de bicicleta, restringindo o acesso de grande parte da população e desestimulando o uso cotidiano do parque.

Neste sentido, as estratégias propostas a seguir visam não apenas remover barreiras físicas, mas também construir percursos confortáveis, seguros e acessíveis, que incentivem o deslocamento ativo e reforcem a presença humana no espaço urbano. Para isso, considera-se o conceito de “cidade caminhável”, defendido por autores como Jan Gehl (2013), que propõem um modelo urbano centrado na escala humana, na proximidade entre usos e na diversidade de percursos.

A estruturação de calçadas adequadas é uma das principais estratégias para promover acessibilidade e conforto no entorno do parque. A delimitação da faixa livre ou passeio, faixa de serviço e faixa de acesso, conforme as normas da ABNT NBR 9050, é fundamental. A faixa livre ou passeio deve ser continua, sem obstáculo, com largura mínima de 1,20m. Na faixa de serviço recomenda-se uma largura mínima de 0,70 m, destinada a acomodação do mobiliário urbano.

Em muitos casos a faixa de acesso é dispensada, pois ela só é recomendada em calçadas com largura menores que 2,00 m, porem por se tratar da borda de um equipamento público de lazer, e por essa faixa ser destinada a transição entre a faixa livre e o lote, entende-se que sua presença é necessária para trazer mais conforto os indivíduos. A largura mínima recomendada é de 0,45 m.

Outro ponto importante é adoção pavimentação regular e antiderrapante, oferecendo condições adequadas para a circulação de pedestres;

Já pensando da acessibilidade, propõe-se a utilização de piso tátil direcional, ajudando no deslocamento das pessoas, e de alerta, para informar à pessoa com deficiência visual sobre a existência de desniveis ou situações de risco. Também se propõe a instalação de rampas de acesso com inclinação adequada e guarda-corpos, especialmente nas travessias. Todas essas medidas devem ter como referência as normas da ABNT NBR 9050.

Torna-se essencial para que o pedestre tenha conforto no ambiente público a presença de sombreamento vegetal, com arborização preferencialmente de espécies nativas, o posicionamento de abrigos, como proteção a intempéries e a utilização de mobiliários como bancos, lixeiras e postes de iluminação voltados para o pedestre. Requalificação dos pontos de ônibus no entorno do parque, com a instalação de cobertura, assentos e informações em formatos acessíveis;

Nos pontos de maior fluxo e nos principais acessos ao parque, a segurança do pedestre deve ser prioridade. Pontos indispensáveis são a implantação de faixas travessias elevadas para redução da velocidade veicular e maior visibilidade do pedestre, aumento do tempo semafórico para pedestres em cruzamentos estratégicos, posicionamento estratégico das faixas de pedestres, instalação de sinalização horizontal reforçada, iluminação eficiente nas travessias, garantindo segurança também no período noturno. Criação de ilas de refúgio para pedestres, dividindo a distância da travessia e possibilitando que o pedestre perceba os diferentes sentidos do tráfego e extensão do meio-fio reduzindo a distância de travessia e diminuindo a exposição dos pedestres.

A bicicleta é uma alternativa sustentável e democrática de transporte, especialmente em distâncias curtas, como o entorno do parque. Para incentivar seu uso, propõe-se a implantação de ciclovias e ciclofaixas na borda ao parque e em vias próximas, fazendo uso ligação com outros equipamentos públicos e terminais de transporte coletivo, dando preferência as ciclovias por derem uma segregação física em relação as faixas de rolamento, com adoção pavimentação regular, impermeável, antiderrapante. A integração entre da malha cicloviária existente e a malha proposta, também é essencial.

Além da implantação de ciclovias e ciclofaixas, para garantir seu uso efetivo, deve ser instalada infraestrutura de apoio, com paraciclos e bicicletários cobertos e seguros nas entradas

principais do parque e em pontos que promovam a integração entre modos. Implantação de sistema de iluminação adequado, que atenda aos critérios de qualidade, posicionamento estratégico e intensidade suficiente, visando aprimorar a experiência e a segurança dos ciclistas. Além da iluminação contínua ao longo das ciclovias e ciclofaixas, é essencial garantir uma iluminação reforçada em interseções e trechos com maior fluxo de ciclistas.

Outro ponto interessante é a implementação de sistema de sinalização e informação voltado à orientação dos ciclistas ao longo dos percursos. Esse sistema pode incluir placas e totens informativos com mapas, imagens, estimativas de tempo de deslocamento, setas de direção e outros dados relevantes. A integração com meios digitais também se mostra eficaz no suporte à navegação. É fundamental que essas informações estejam dispostas em pontos estratégicos, garantindo visibilidade e fácil compreensão.

As estratégias apresentadas visam transformar o entorno do Parque Estadual do Rangedor em uma área que estimule o deslocamento ativo, promova a presença de pessoas e valorize o uso cotidiano do espaço público. Além de atender à legislação vigente sobre acessibilidade, essas ações dialogam com o conceito de cidade democrática, onde o direito de ir e vir é garantido a todas as pessoas.

O fortalecimento da mobilidade ativa é também um caminho para reduzir a dependência do automóvel, minimizar os impactos ambientais e construir uma cidade mais saudável, segura e equitativa. A implantação dessas estratégias permitirá que o parque esteja verdadeiramente integrado ao cotidiano urbano, ampliando sua função como espaço de lazer, convivência e conexão.

4.3. Integração do Parque à Malha Urbana e ao Entorno

A integração do Parque Estadual do Rangedor ao tecido urbano que o circunda é um fator determinante para ampliar sua função social, ambiental e urbana. Embora o parque represente um importante equipamento de lazer, preservação ambiental e bem-estar coletivo, sua relação com o entorno ainda é marcada por descontinuidades físicas e ausência de conexões funcionais com a

cidade. Essa condição compromete sua acessibilidade, reduz sua presença na paisagem cotidiana da cidade e restringe seu uso pleno pela população.

Nesse sentido, a proposta de readequação urbanística busca reverter esse cenário por meio da criação de conexões diretas, seguras e atrativas entre o parque e a malha urbana. Mais do que garantir acesso físico, a proposta visa articular o parque às dinâmicas da cidade, transformando suas bordas em interfaces ativas e promovendo sua inserção em uma rede mais ampla de espaços públicos.

A seguir, são apresentadas estratégias para requalificar as bordas do parque, fortalecer os eixos de ligação com os bairros vizinhos e articular o equipamento a outros espaços de lazer, serviços e convivência, consolidando sua função como elemento estruturador do território urbano.

As bordas do Parque Estadual do Rangedor constituem zonas de transição fundamentais entre o espaço natural e o tecido urbano consolidado. No entanto, atualmente, muitas dessas bordas se apresentam como barreiras visuais e funcionais, marcadas por cercamentos opacos, estacionamentos extensos, vias de tráfego rápido ou ausência de usos urbanos voltados para o pedestre. Essa configuração contribui para o esvaziamento das imediações do parque, reduz a sensação de segurança e dificulta sua apropriação cotidiana pelos moradores do entorno.

Diante desse cenário, torna-se necessário repensar essas bordas não como limites, mas como interfaces ativas e qualificadas, capazes de estabelecer conexões visuais, funcionais e simbólicas entre o interior do parque e a cidade. A proposta de requalificação contempla intervenções voltadas a transformar essas áreas em faixas de transição integradoras, que estimulem a permanência, o encontro e a vitalidade urbana.

Entre as estratégias sugeridas, destaca-se a implantação de usos complementares nas bordas do parque, com estabelecimentos que atendam a diversos públicos e necessidades, tendo utilização ao longo do dia e no período noturno, como cafés, restaurantes, bares, espaços para eventos noturnos, mercados e academias. Esses elementos devem ser inseridos em pontos estratégicos das bordas, especialmente próximos a acessos principais, promovendo a ativação do espaço e gerando fluxos espontâneos entre o interior e o exterior do parque.

É essencial considerar o desenho das bordas como espaços de permanência e mediação entre diferentes escalas: o parque como refúgio natural e a cidade como espaço de fluxo. Propor

transições suaves, criar pontos de contemplação, promover a diversidade de usos e reforçar os vínculos simbólicos entre parque e entorno são ações que qualificam essas áreas, permitindo que o parque esteja mais presente no cotidiano urbano e acessível à população que o cerca.

Outra ação fundamental é a requalificação do espaço viário nas bordas, com medidas que favoreçam a mobilidade ativa, tópico explorado no capítulo anterior, para a criação de eixos de conexão qualificados que articulem o parque às principais estruturas urbanas dos bairros vizinhos. Tais conexões devem ser entendidas não apenas como caminhos físicos, mas como corredores urbanos multifuncionais, capazes de promover acessibilidade, permanência, segurança e vitalidade ao longo do percurso.

As vias do entorno do parque devem ser tratadas como corredores de entrada e conexão, recebendo intervenções específicas, tais como: a ampliação de calçadas, implantação de arborização, mobiliário urbano, de ciclovias ou ciclofaixas, de iluminação pública eficiente e, quando possível, a reordenação do tráfego automotivo para reduzir a velocidade e priorizar o pedestre. Também seria interessante repensar a extensa área de estacionamento existentes, que poderia ser reorganizada em um modelo mais arborizado e integrado ao desenho paisagístico, de modo a minimizar impactos negativos na paisagem.

Outro aspecto fundamental é a melhoria da legibilidade urbana, ou seja, tornar o caminho até o parque facilmente identificável e atrativo. Para isso, a sinalização deve ir além do caráter funcional e ser integrada ao projeto paisagístico e comunicacional da cidade. A instalação de totens, mapas e marcos visuais pode colaborar com esse objetivo, reforçando a identidade do parque e sua inserção no imaginário coletivo.

A proposta prevê que as conexões físicas com o parque sejam pensadas sob a ótica da segurança urbana e da equidade espacial, garantindo que todos os usuários, independentemente de idade, gênero, condição física ou local de moradia, possam acessar o parque de maneira segura, confortável e digna. A requalificação dessas conexões contribui para que o parque não seja apenas um destino pontual, mas um elemento integrado aos fluxos cotidianos da cidade, fortalecendo sua presença no território e ampliando sua função pública.

A inserção do Parque Estadual do Rangedor na rede de espaços livres urbanos é um aspecto estratégico para a promoção de uma cidade mais sustentável, resiliente e equitativa. Os

espaços livres, como praças, canteiros arborizados, áreas de preservação, vias paisagísticas, calçadões e parques lineares, constituem elementos fundamentais para a estrutura ecológica urbana e para a qualidade de vida nas cidades. Integrar o Rangedor a essa rede significa potencializar sua função ecológica, social e simbólica dentro do território metropolitano.

Apesar de sua escala e importância, o parque ainda se apresenta como um núcleo isolado, pouco conectado fisicamente e funcionalmente a outras áreas verdes e espaços públicos do município. A falta de continuidade entre os espaços livres e a desarticulação entre diferentes equipamentos comprometem a fluidez ambiental e social do território e limitam o aproveitamento coletivo da paisagem urbana.

Diante desse cenário, propõe-se o fortalecimento do parque como elemento estruturador de uma rede de espaços livres, criando corredores ecológicos e paisagísticos que conectem o parque a essas áreas, utilizando calçadas verdes, arborização contínua, eixos ciclovários e passagens de pedestres e promovendo a integração dos espaços livres de uso público com os fluxos de mobilidade ativa, permitindo que a caminhada ou o uso da bicicleta se deem em percursos mais agradáveis, seguros e ambientalmente qualificados;

Essa abordagem favorece a consolidação de um sistema de espaços livres interligados, que funcione como infraestrutura verde da cidade, contribuindo para a mitigação de ilhas de calor, aumento da permeabilidade do solo, melhoria da paisagem urbana e promoção da saúde coletiva. Além disso, amplia a oferta de espaços de convivência e lazer, distribuindo os benefícios urbanos de forma mais equitativa entre os diferentes territórios da cidade.

Ao ser inserido ativamente nessa rede, o Parque do Rangedor deixa de ser apenas um destino pontual e passa a desempenhar um papel articulador, conectando ecossistemas urbanos e ampliando os vínculos entre natureza, cidade e comunidade.

A integração do Parque Estadual do Rangedor ao tecido urbano circundante constitui um dos principais eixos estruturantes da proposta de readequação urbanística desenvolvida neste trabalho. Ao longo deste subcapítulo, foi possível compreender que a inserção plena de um parque urbano na cidade vai muito além da delimitação física do seu perímetro: envolve a qualificação de suas bordas, a articulação com os fluxos cotidianos, a conexão com outros equipamentos públicos e a composição de uma rede mais ampla de espaços livres.

As ações propostas visam transformar o parque em um espaço verdadeiramente acessível e presente na vida urbana, por meio da requalificação de suas interfaces com a cidade, da criação de conexões físicas seguras e legíveis, e da ativação funcional de suas imediações. Ao promover a aproximação entre o parque e os equipamentos urbanos vizinhos, amplia-se sua função social e educativa, ao mesmo tempo em que se descentraliza o acesso ao lazer e à cultura.

A inserção do Rangedor na rede de espaços livres, por sua vez, reforça seu papel como infraestrutura verde de relevância metropolitana, capaz de articular paisagem, ecologia e urbanidade. Essa abordagem sistêmica reconhece o parque não apenas como destino, mas como conector urbano, articulando diferentes escalas e contribuindo para uma cidade mais coesa, resiliente e equitativa.

Dessa forma, entende-se que a integração do parque à malha urbana é condição indispensável para a promoção de um espaço público democrático, vivo e sustentável. As diretrizes e estratégias aqui apresentadas fundamentam as intervenções propostas nos capítulos seguintes, reforçando a centralidade do parque enquanto elemento transformador da dinâmica urbana e do direito à cidade.

4.4. Soluções para Ampliar o Uso e Vitalidade

A vitalidade dos espaços públicos está diretamente relacionada à frequência com que são utilizados, à diversidade de atividades que acolhem e à capacidade de promover encontros, permanência e apropriação. Um espaço público vital é aquele que faz parte da rotina das pessoas, que abriga diferentes usos ao longo do dia e da semana, e que acolhe a diversidade da vida urbana. A ampliação da vitalidade é, portanto, um fator essencial para garantir a sustentabilidade social e simbólica do Parque Estadual do Rangedor, consolidando-o como um espaço dinâmico, seguro e inclusivo.

Conforme observado no diagnóstico, o entorno do parque ainda apresenta áreas com pouca ativação e baixa atratividade, o que dificulta a formação de fluxos contínuos e o uso espontâneo por diferentes públicos. Em muitos trechos, a escassez de equipamentos de apoio,

sombreamento, comércio local e elementos de identidade cultural limita a permanência dos usuários e restringe o parque à função de passagem ou lazer pontual.

Nesse sentido, este subcapítulo propõe um conjunto de estratégias voltadas à criação de condições urbanas favoráveis ao uso cotidiano, diversificado e seguro do espaço público, com ênfase nas bordas e nos acessos do parque. Tais soluções abrangem a oferta de infraestrutura urbana de apoio, a valorização da paisagem e da cultura local, e o incentivo à participação comunitária na gestão e na ocupação do espaço.

A vitalidade urbana está diretamente relacionada à diversidade de usos e atividades que um espaço público é capaz de acolher. Quanto maior a variedade de experiências que um lugar oferece, maiores são as chances de que diferentes públicos se apropriem dele em distintos horários e situações, fortalecendo os vínculos sociais e contribuindo para a segurança e o pertencimento.

Diante disso, a presente proposta enfatiza a importância da diversificação das atividades e da programação como estratégia para ampliar o uso e dinamizar as bordas e acessos do parque. A implantação de uma agenda regular e descentralizada de atividades culturais, educativas, esportivas e de lazer contribui para que o espaço deixe de ser apenas um local de visita esporádica e passe a fazer parte da rotina cotidiana da população.

Entre as ações propostas, destaca-se a criação de pontos capazes de receber programações diversas ao longo das bordas do parque, capazes de receber feiras de pequenos produtores, apresentações artísticas, oficinas comunitárias, aulas de ginástica ao ar livre, rodas de leitura e encontros culturais. Esses pontos podem ser equipados com infraestrutura básica, como sombreamento, pontos de energia, sinalização e apoio logístico, permitindo a realização de eventos regulares com baixo custo e forte vínculo com a comunidade local.

Além disso, é fundamental garantir a participação dos moradores na construção e curadoria da programação, valorizando os saberes, as expressões culturais e os interesses da população dos bairros vizinhos. Essa escuta ativa pode ser realizada por meio de oficinas participativas, chamamentos públicos ou parcerias com associações comunitárias, escolas e coletivos artísticos locais. A presença ativa da comunidade fortalece o sentimento de pertencimento e estimula a manutenção e o cuidado coletivo com o espaço.

Outro aspecto relevante é o estímulo às ocupações espontâneas e informais, que muitas vezes surgem de maneira orgânica e revelam as reais demandas do território. Espaços flexíveis, abertos e acessíveis favorecem o surgimento dessas apropriações. A valorização dessas práticas contribui para a construção de um espaço mais democrático, inclusivo e representativo da vida urbana real.

Ao diversificar as atividades e incentivar uma programação contínua e participativa, o entorno do Parque do Rangedor se transforma em um território ativo e pulsante, no qual diferentes usos, públicos e temporalidades coexistem e se complementam. Essa pluralidade é condição essencial para consolidar o parque como um espaço vivo, acolhedor e inserido de forma qualificada no cotidiano da cidade.

Outro ponto fundamental para qualificar a experiência dos usuários no espaço coletivo é a presença de mobiliário urbano e infraestrutura de apoio adequadas, servindo também incentivar a permanência dos indivíduos no ambiente. Sem elementos básicos como bancos, abrigos, iluminação ou lixeiras, mesmo os espaços mais bem localizados ou projetados tendem a ser subutilizados ou vistos apenas como áreas de passagem. No entorno do Parque Estadual do Rangedor, observa-se uma carência significativa desses recursos, o que contribui para a baixa atratividade e limita a apropriação cotidiana por parte da população.

Com o objetivo de reverter esse cenário, propõe-se a implantação de infraestrutura urbana que atenda às necessidades funcionais dos usuários, garantindo conforto e segurança. Essa infraestrutura deve ser distribuída estrategicamente ao longo dos acessos ao parque e das bordas requalificadas, priorizando os locais de maior fluxo ou permanência. Os principais elementos a serem considerados são bancos e assentos coletivos, posicionados em áreas sombreadas e voltados para o fluxo de pedestres, áreas de contemplação ou pontos de encontro, mesas de uso múltiplo, que podem servir tanto para refeições quanto para jogos ou atividades coletivas, bebedouros públicos e lixeiras, especialmente próximos a áreas de lazer ou espaços com alta permanência;

A escolha dos materiais e do desenho do mobiliário também deve respeitar critérios de durabilidade e conforto térmico. Sempre que possível, recomenda-se o uso de materiais naturais ou recicláveis, como madeira tratada, pedras locais, elementos metálicos com proteção anticorrosiva e superfícies permeáveis, que dialoguem com a paisagem do parque e reforcem o caráter sustentável do projeto.

Outro aspecto importante é o cuidado com a acessibilidade universal. Todo o mobiliário e equipamentos de apoio devem ser pensados para atender a pessoas com diferentes condições físicas, sensoriais ou de mobilidade, respeitando as normas técnicas (como a NBR 9050) e adotando medidas como alturas adequadas, sinalização tátil e espaços de circulação amplos.

Ao garantir o conforto e o suporte necessário à permanência, a inclusão de mobiliário urbano e infraestrutura de apoio transforma o entorno do Parque do Rangedor em um espaço mais acolhedor, democrático e funcional. Esses elementos atuam como facilitadores da vivência cotidiana e reforçam a ideia de que os espaços públicos devem ser planejados a partir das necessidades concretas da vida urbana.

A percepção de segurança no espaço público está profundamente associada à sua ocupação ativa e contínua. Mais do que a presença de aparatos de vigilância ou cercamentos, o que efetivamente contribui para a construção de um ambiente seguro é a presença de pessoas e a visibilidade entre os espaços, conforme defendido por Jane Jacobs em sua teoria dos “olhos da rua”. No entorno do Parque Estadual do Rangedor, a baixa frequência de pedestres, a ausência de usos ativos nas bordas e os longos trechos desativados geram sensação de insegurança e afastam potenciais usuários.

Diante desse contexto, propõe-se a adoção de estratégias de segurança urbana baseadas na ativação dos espaços públicos, contribuindo para a apropriação coletiva do território. Essas medidas incluem a ativação contínua das bordas do parque com usos complementares (cafés, quiosques, feiras, áreas de lazer), promovendo movimento constante e presença de pessoas ao longo do dia e da semana, repensar o desenho urbano para que ele favoreça a visibilidade mútua, com espaços abertos, fachadas ativas e ausência de barreiras físicas ou visuais, reduzindo pontos-cegos e áreas subutilizadas.

Outro ponto essencial para a promoção da segurança e da vitalidade dos espaços públicos é a implementação de um sistema de iluminação pública eficiente e bem planejado. A distribuição da iluminação deve abranger de forma estratégica as rotas de acesso, áreas de permanência e pontos de travessia, com atenção especial a trechos arborizados ou com menor circulação de pessoas. Além de contribuir para a segurança dos usuários, essa medida amplia as possibilidades de uso dos espaços também no período noturno, favorecendo uma ocupação mais contínua e diversificada ao longo do dia.

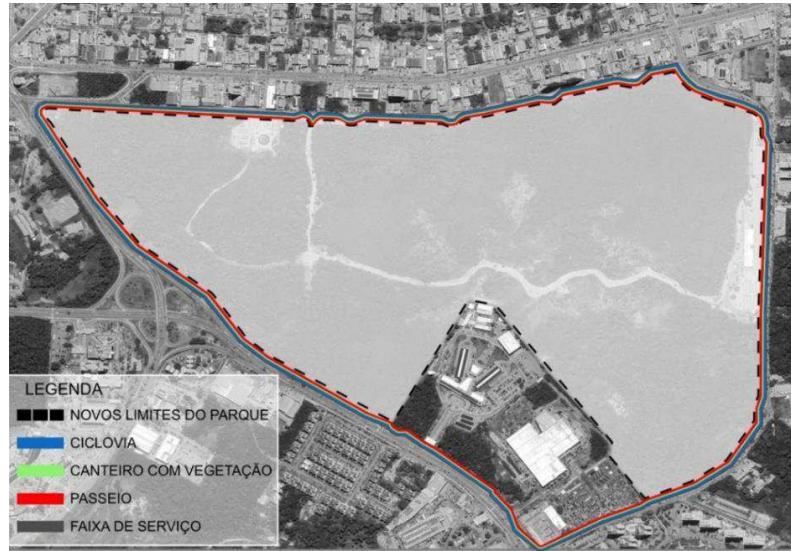
A construção de um espaço público ativo e inclusivo depende da sua capacidade de acolher as pessoas em sua diversidade, promover encontros e oferecer experiências que transcendam o uso funcional. A ampliação do uso e da vitalidade no entorno do Parque Estadual do Rangedor requer uma combinação estratégica entre infraestrutura qualificada, programação diversificada, presença de mobiliário urbano e mecanismos que estimulem a ocupação contínua e segura do espaço.

Ao promover vitalidade, amplia-se também a sensação de pertencimento, contribuindo para a conservação do espaço e o fortalecimento de laços sociais. O parque deixa, assim, de ser apenas um espaço de visitação pontual para tornar-se um lugar de encontro e vivencia, aspectos fundamentais para a consolidação do direito à cidade. As soluções discutidas reforçam, portanto, o papel do Parque do Rangedor como elemento catalisador de uma cidade mais humana, ativa e sensível às múltiplas dimensões da vida pública.

4.5. Proposta de Requalificação para o Parque e seu Entorno

Para responder aos desafios de conectividade, acessibilidade e vitalidade urbana identificados no entorno do Parque Estadual do Rangedor, esta proposta apresenta um conjunto de intervenções projetuais voltadas à requalificação do espaço público nas bordas do parque. A ideia central é reposicionar de seus limites físicos, avançando para o interior da reserva com o objetivo de liberar espaço no entorno imediato, possibilitando a implantação de calçadas acessíveis, ciclovias, mobiliário urbano e áreas de permanência.

Figura 38: Mapa da Proposta para o Entorno do Parque



Fonte: Elaborado pela autora, no *software QGIS*, 2025

O interior do parque passaria por um processo de remodelagem em alguns pontos e para isso seria retirada parte da vegetação das bordas do parque. Porem levando em consideração o contingente de mata já retirada, durante o processo de construção do parque e principalmente com a ocupação de parte da reserva pela ALEMA e pelo Multicenter SEBRAI, essa intervenção não teria impactos expressivos na preservação do parque, mas seria essencial para qualificar o entorno do parque

Figura 39: Mapa da Proposta para o circuito interior do Parque



Fonte: Elaborado pela autora, no *software QGIS*, 2025

A estrutura do entorno do parque faria um reaproveitamento de parte da estrutura atual do parque, isso aconteceria em um trecho da Rua dos Búzios e da Av. Luís Eduardo Magalhães, os limites seriam repositionados de forma que, o que hoje seria a pista de *cooper*, a ciclovia e as praças do parque se tornassem parte do espaço público, aumentando o espaço de circulação de pedestres, proporcionando infraestrutura para o uso dos ciclos, garantindo a estruturação de uma faixa de serviço com mobiliário urbano adequado e com a presença de vegetação e possibilitando a criação de espaços de permanência. Todo restante do circuito seria construído, utilizando as calçadas existentes e avançando para o interior do parque

A seguir temos um quadro de imagens com alguns dos trechos analisados no capítulo Relação Parque–Cidade: Entorno Imediato e Conexões Urbanas e imagens desses mesmos trechos remodelados seguindo a nova proposta. A seguir teremos a análise de cada trecho.

Figura 40: Comparação Antes e Depois Trecho 1 – Av. Luís Eduardo Magalhães



Fonte: GOOGLE EARTH PRO, 2025; elaborado pela autora, no *software Sketchup*, 2025

Figura 41: Proposta para o Trecho 1 – Av. Luís Eduardo Magalhães



Fonte: elaborado pela autora, no *software Sketchup*, 2025

Neste trecho, a intervenção propõe a requalificação da calçada oposta ao parque com a separação funcional entre passeio e faixa de serviço, a aplicação de piso tátil direcional e de alerta e a instalação de mobiliário urbano. No lado voltado ao parque, a proposta reutiliza a infraestrutura interna, reorganizando-a para incorporar passeio, ciclovia e faixa de serviço ao espaço urbano, garantindo acessibilidade, conforto e continuidade da circulação.

Figura 42: Comparação Antes e Depois Trecho 2 – Av. Luís Eduardo Magalhães



Fonte: GOOGLE EARTH PRO, 2025; elaborado pela autora, no software Sketchup, 2025

Figura 43: Proposta para o Trecho 2 – Av. Luís Eduardo Magalhães

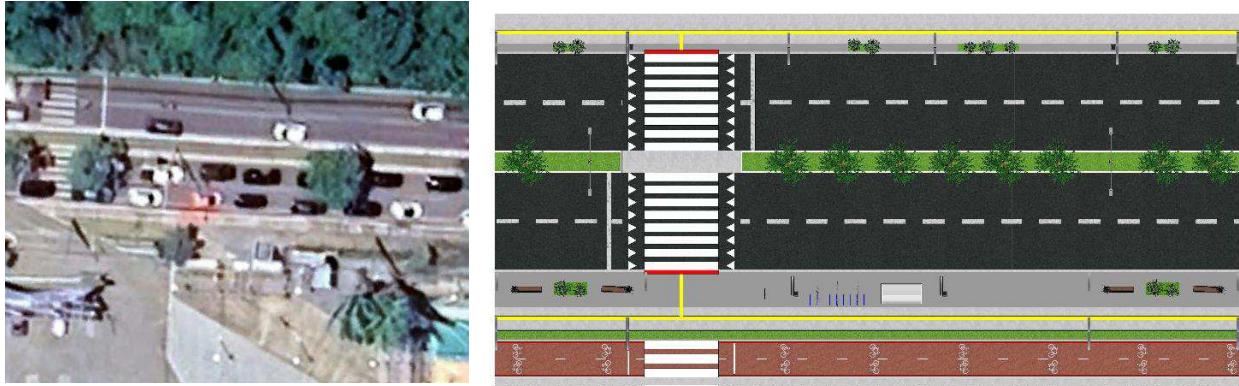


Fonte: elaborado pela autora, no software Sketchup, 2025

A requalificação neste trecho prevê o mesmo padrão de calçada oposta, com piso tátil e faixa de serviço equipada. No lado do parque, há avanço do espaço urbano para o interior da área verde, com implantação de nova calçada e ciclovia. Por se tratar de um dos acessos de veículos ao

parque, foi incluída rampa de acesso e faixa de pedestres para garantir travessia segura e acessibilidade universal.

Figura 44: Comparação Antes e Depois Trecho 3 – Av. Luís Eduardo Magalhães



Fonte: GOOGLE EARTH PRO, 2025; elaborado pela autora, no *software Sketchup*, 2025

Figura 405: Proposta para o Trecho 3 – Av. Luís Eduardo Magalhães

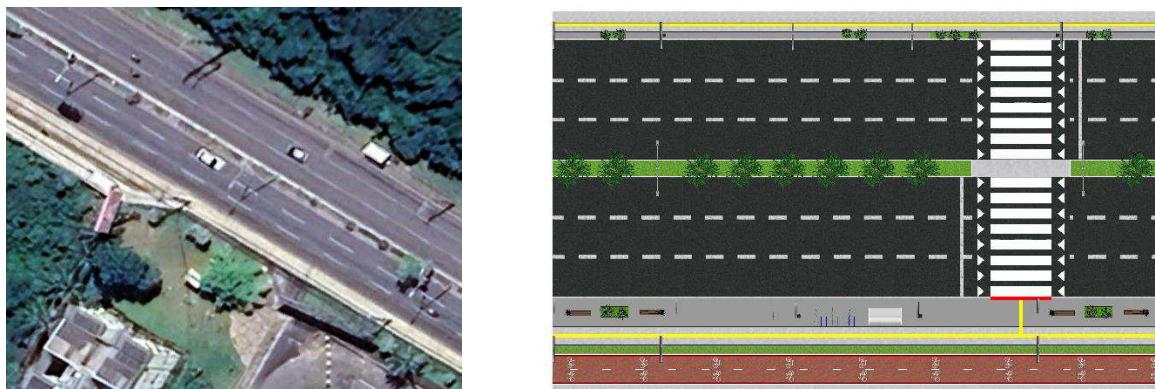


Fonte: elaborado pela autora, no *software Sketchup*, 2025

Este trecho também adota o padrão de requalificação já estabelecido: na calçada oposta ao parque, há reorganização funcional e inclusão de elementos de acessibilidade e conforto urbano. No lado do parque, a proposta prevê nova infraestrutura a partir do recuo da área verde, contemplando passeio, faixa de serviço e ciclovia.

Nesse trecho em particular temos uma das entradas de pedestres do parque e um ponto de ônibus, sendo assim foram instalados mobiliários urbanos com abrigo para espera do transporte coletivo, paraciclos, para promover a intermodalidade, iluminação, bancos e lixeiras. Também foi criada uma faixa elevada, assim como uma faixa de pedestres na ciclovia para garantir a segurança e acessibilidade.

Figura 46: Comparação Antes e Depois Trecho 4 – Av. Jerônimo de Albuquerque



Fonte: GOOGLE EARTH PRO, 2025; elaborado pela autora, no *software Sketchup*, 2025

Figura 47: Proposta para o Trecho 4 – Av. Jerônimo de Albuquerque

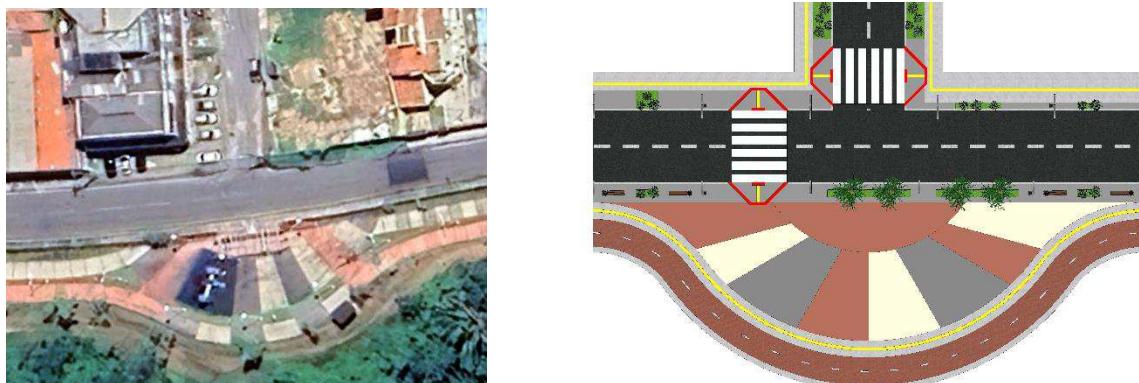


Fonte: Elaborado pela autora, no *software Sketchup*, 2025

A proposta para este trecho segue o mesmo princípio de reorganização das bordas. A calçada oposta é requalificada com separação funcional, piso tátil e mobiliário. No lado do parque, uma nova estrutura é implantada a partir do recuo da vegetação, garantindo espaço adequado para passeio e ciclovía.

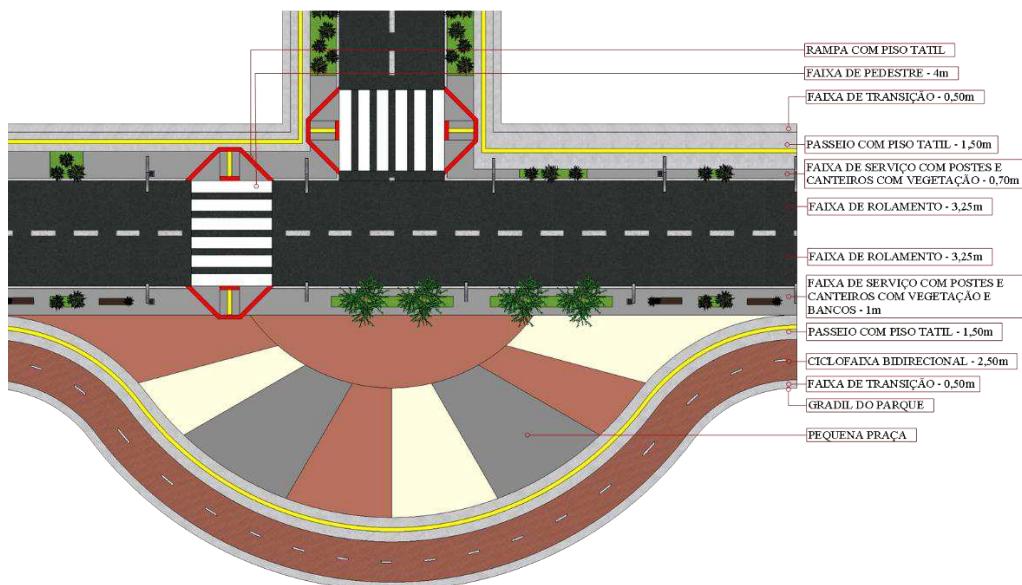
Nesse trecho em particular temos uma das entradas de pedestres do parque e um ponto de ônibus, sendo assim foram instalados mobiliários urbanos com abrigo para espera do transporte coletivo, paraciclos, para promover a intermodalidade, iluminação, bancos e lixeiras. Também foi criada uma faixa elevada para garantir a segurança e acessibilidade do pedestre.

Figura 41: Figura 47: Comparaçao Antes e Depois Trecho 5 – *Rua dos Búzios*



Fonte: GOOGLE EARTH PRO, 2025; elaborado pela autora, no software Sketchup, 2025

Figura 42: Proposta para o Trecho 4 – *Rua dos Búzios*



Fonte: elaborado pela autora, no software Sketchup, 2025

Neste ponto, a proposta busca potencializar a qualidade urbana por meio da reorganização da calçada oposta, com implantação de faixa de pedestres, separação entre passeio e faixa de serviço, mobiliário urbano e rampas de acesso. No lado do parque, a praceta existente é incorporada ao espaço público, gerando uma pequena praça de convivência e permanência, equipada com bancos, iluminação e paisagismo. A travessia é garantida por faixa de pedestres com acessibilidade.

As propostas apresentadas neste capítulo têm como premissa a qualificação das interfaces entre o parque e o tecido urbano, de modo a transformar suas bordas em zonas de conexão, permanência e vitalidade. Ao ampliar o espaço para circulação ativa e criar áreas de convivência nas bordas do parque, a intervenção proposta contribui para uma maior integração entre o equipamento ambiental e a malha urbana. Essa reestruturação espacial não apenas soluciona fragilidades de mobilidade e acesso, como também fortalece os vínculos entre parque, cidade e população, reafirmando o direito à paisagem e à vivência coletiva como pilares centrais do planejamento urbano contemporâneo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho de Conclusão de Curso busca refletir sobre a relação entre cidade, paisagem e espaços públicos, a partir do estudo do Parque Estadual do Rangedor e de seu entorno imediato. A pesquisa partiu da constatação de que, embora o parque represente um importante marco ambiental e urbano em São Luís – MA, sua articulação com o tecido urbano ainda é limitada, especialmente no que diz respeito à mobilidade ativa, à acessibilidade e à integração com os bairros vizinhos por causa da configuração atual do seu entorno.

Por meio de referencial teórico e projetual, levantamento de dados, observações em campo e análise do espaço público para os pedestres, foi possível identificar fragilidades importantes na conformação e qualificação das bordas do parque. A ausência de infraestrutura voltada aos pedestres e ciclistas, aliada à presença de barreiras físicas e à desarticulação entre o parque e as centralidades urbanas próximas, compromete seu uso cotidiano e restringe seu papel como espaço de encontro, permanência e pertencimento.

A proposta de readequação elaborada neste trabalho buscou responder a essas fragilidades com soluções projetuais que reforçam os princípios do desenho urbano orientado para a escala humana, a justiça espacial e a sustentabilidade urbana. A partir da reorganização dos limites físicos do parque e da requalificação das calçadas, acessos e áreas de transição, pretende-se criar um circuito urbano mais contínuo, acessível e convidativo — que conecte o parque de forma mais orgânica à cidade e à vida das pessoas.

Ao longo da pesquisa, ficou evidente que a paisagem urbana não deve ser tratada apenas como cenário, mas como sistema ativo de relações entre o espaço e seus usuários. Nesse sentido, parques urbanos como o Rangedor não devem estar isolados ou restritos à função de lazer, mas integrados ao cotidiano da cidade como equipamentos vivos, capazes de promover saúde, convivência, educação ambiental e identidade territorial. Além disso, promover a mobilidade ativa e conexões de rotas cicláveis na cidade.

Assim, este trabalho reafirma a importância de se planejar e projetar os espaços públicos com foco nas necessidades humanas, na diversidade de usos e na conexão entre infraestrutura verde e mobilidade urbana. A requalificação das bordas do Parque Estadual do Rangedor representa não apenas uma oportunidade de qualificar um espaço já consolidado, mas também um passo importante para a construção de uma São Luís mais inclusiva, integrada e sensível às dinâmicas sociais, ambientais e culturais do seu território.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

BALULA, L. Planeamento urbano, espaço público e criatividade. Estudos de caso: Lisboa, Barcelona, São Paulo. *Cadernos Metrópole*, Vol. 15, nº 25, p. 93-122, 2011.

BALULA, Luís. Espaços Públicos: Funções, Planeamento e Gestão. 2006.

BRASIL. Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 149, n. 3, p. 1-2, 4 jan. 2012.

BRASIL. Ministério das Cidades. Caderno técnico para projetos de mobilidade urbana: transporte ativo. São Paulo: Ministério das Cidades; WRI Brasil, 2017.

GEHL, Jan. Cidades para pessoas. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

INSTITUTO DE POLÍTICAS DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO – ITDP Brasil. Caminhabilidade: guia metodológico. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: ITDP Brasil, 2018.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LOBODA, Francielle; DE ANGELIS, Bianca L. Planejamento Urbano Sustentável: Integração entre Sistemas de Áreas Verdes e a Cidade. *Revista Brasileira de Planejamento Urbano*, 2005.

LONDE, L.; MENDES, R. A importância dos parques urbanos no desenvolvimento das cidades. *Revista Ciências Urbanas*, v. 15, n. 2, p. 270-290, 2014.

MACEDO, S.; SAKATA, F. A evolução histórica dos parques urbanos no Brasil. *Revista Brasileira de Urbanismo*, v. 7, n. 1, p. 13-20, 2003.

MACEDO, Sílvio Soares; CUSTÓDIO, Vanderli; DONOSO, Verônica Garcia (Orgs.). Quadro geral da forma e do sistema de espaços livres das cidades brasileiras. São Paulo: FAUUSP, 2018.

MARANHÃO. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA. Plano de manejo do Parque Estadual do Sítio do Rangedor. São Luís: SEMA, 2018.

MORAIS, Marcos Aurélio; LIMA, Carla Simone; MARTINS, Nara Cristina de Souza. Contribuições da biofilia para o conforto ambiental e bem-estar em espaços urbanos. *Revista Sophia*, v. 18, n. 1, p. 173–194, jan./jun. 2022.

PARQUE DE EL RETIRO. Disponível em: <https://www.esmadrid.com/pt/informacao-turistica/parque-del-retiro#>. Acesso em: 12 jan. 2025.

PARQUE FARROUPILHA (Redenção) | Prefeitura de Porto Alegre. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/smamus/parque-farroupilha-redencao>.

PARQUE IBIRAPUERA. História e projetos culturais. Disponível em: <https://www.parqueibirapuera.org>. Acesso em: 12 jan. 2025.

RICHTER, Klaus. Categorias de Espaços Verdes Urbanos. Apud GERALDO, Márcia M. *O Verde Urbano*. São Paulo: Edusp, 1997.

ROLLSING, C. O nascimento do Parque Farroupilha: como uma exposição internacional moldou a identidade de Porto Alegre | GZH. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2022/01/o-nascimento-do-parque-farroupilha-como-uma-exposicao-internacional-moldou-a-identidade-de-porto-alegre-ckym2azlx007y015p6azsdr8i.html>. Acesso em: 20 jul. 2025.

SAKATA, F. G. **O parque urbano brasileiro do século XXI**. *Revista Cidades Verdes*, v. 3, n. 7, p. 17-27, 2015.

SILVA, R. **O papel dos parques urbanos na qualidade de vida das cidades**. *Revista de Urbanismo Sustentável*, v. 10, n. 3, p. 42-58, 2017.

SOUSA, Maria das Graças Silva; ALMEIDA, Alessandra Mota de. **Biofilia e sustentabilidade no planejamento urbano**. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, São Paulo, v. 06, n. 12, p. 168–186, dez. 2020.

WILSON, Edward O. **Biophilia**. Cambridge; Londres: Harvard University Press, 1984. ISBN 0 674 07442 4.

XAVIER, L. R.; SILVA, C. M.; PEREIRA, A. V. **Parques urbanos e saúde pública: impacto na qualidade de vida**. *Revista Saúde & Ambiente*, v. 9, n. 1, p. 83-92, 2018.